

ESTUDOS & ANÁLISES

INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

1

REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES

METODOLOGIA DE COMPATIBILIZAÇÃO HIERÁRQUICA ENTRE AS
EDIÇÕES DA PESQUISA NO PERÍODO DE 1966 A 2018

MARCELO PAIVA DA MOTTA

 **IBGE**

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Planejamento e Orçamento
Simone Nassar Tebet

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Marcio Pochmann

Diretora-Executiva
Flávia Vinhaes Santos

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Elizabeth Belo Hypólito

Diretoria de Geociências
Ivone Lopes Batista

Diretoria de Tecnologia da Informação
Marcos Vinícius Ferreira Mazoni

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
José Daniel Castro da Silva

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Paulo de Martino Jannuzzi

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Geociências
Coordenação de Geografia
Cayo de Oliveira Franco

Ministério do Planejamento e Orçamento
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Geociências
Coordenação de Geografia

Estudos e Análises
Informação Geográfica
número 1

Regiões de Influência das Cidades

**Metodologia de compatibilização
hierárquica entre as edições da
pesquisa no período de 1966 a 2018**

Marcelo Paiva da Motta



Rio de Janeiro
2024

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Estudos e análises

Divulga estudos de caráter investigativo ou descritivo, a partir dos resultados de uma ou mais pesquisas, de autoria pessoal, que expressam opiniões e guardam analogia de forma e conteúdo com trabalhos acadêmicos. A série **Estudos e análises** está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica, e Documentação e Disseminação de Informações.

ISBN 978-85-240-4642-1

© IBGE. 2024

Capa

Renato J. Aguiar/Marcos Balster Fiore - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Ilustração

Fabio Muniz de Moura - Gerência de Editoração - CDDI

Ficha catalográfica elaborada pela Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais do IBGE

Motta, Marcelo Paiva da

Regiões de Influência das Cidades : metodologia de compatibilização hierárquica entre as edições da pesquisa no período de 1966 a 2018 / Marcelo Paiva da Motta. - Rio de Janeiro : IBGE, 2024.

52 p. : il. color. - (Estudos e análises. Informação geográfica, n. 1).

ISBN 978-85-240-4642-1

1. Lugares centrais (Cidades e vilas). 2. Desenvolvimento econômico. 3. Geografia urbana. 4. Planejamento urbano. 5. Metodologia. 6. Brasil. I. IBGE. Coordenação de Geografia. II. Título. III. Série.

CDU 911.3:711(81)

CART

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Sumário

Apresentação	5
Introdução	7
Objetivo do estudo	9
Exemplos de estudos diacrônicos	11
Comparabilidade das edições da REGIC	13
Pressupostos teóricos da compatibilização hierárquica	15
Operacionalização do conceito	19
Análise dos resultados	31
Referências	43
Sobre o autor	47

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O presente estudo busca harmonizar as edições históricas da pesquisa Regiões de Influência das Cidades - Regic, produzida pelo IBGE desde os anos 1960, com vistas a tornar as suas categorias hierárquicas compatíveis com as adotadas no levantamento mais recente, divulgado em 2020¹.

Nesta publicação, são descritos os procedimentos metodológicos utilizados para a compatibilização pretendida, e os resultados assim obtidos encontram-se disponibilizados no portal do IBGE na Internet, em duas bases de dados: uma que apresenta as hierarquias harmonizadas entre as cidades envolvidas nas diversas edições da pesquisa, iniciada em 1966, de acordo com a metodologia ora apresentada; outra que congrega todas as ligações de rede que caracterizam os sistemas urbanos de cada edição .

Ao tornar facilmente comparáveis as categorias da rede urbana brasileira produzidas pelo IBGE, em diferentes momentos do pensamento geográfico, por pesquisadores distintos e com metodologias variadas, essa compatibilização hierárquica se propõe a fornecer aos

¹ Para informações mais detalhadas sobre essa edição, consultar: IBGE. *Regiões de influência das Cidades 2018*. Rio de Janeiro, 2020. 187 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: ago. 2024.

usuários uma base de dados histórica pronta para uso, a partir de sua justificativa teórica, trazendo para o presente um legado de 60 anos de pesquisas em redes urbanas, o que maximiza os resultados institucionais já publicados e enseja estudos futuros sobre o tema.

Ivone Lopes Batista
Diretora de Geociências

Introdução

O presente estudo tem por objetivo principal estabelecer uma metodologia para a compatibilização das hierarquias urbanas apresentadas nas diferentes publicações relacionadas à pesquisa Regiões de Influência das Cidades - REGIC, produzida pelo IBGE.

A linha de pesquisa que desenha o arcabouço da rede urbana nacional e classifica as cidades segundo o seu nível hierárquico já possui uma história longa, remontando à década de 1960. As fontes de informação ora comparadas e compatibilizadas se referem às quatro edições da REGIC (IBGE, 1987, 2000, 2008, 2020), bem como ao levantamento precursor dessa pesquisa, realizado nos anos 1960, a Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas (IBGE, 1972).

A REGIC subsidia, desde o seu início, o planejamento estatal, oferecendo um quadro que facilita a tomada de decisões locais para a instalação de novos serviços e equipamentos públicos, o fomento de projetos, e a abertura de empresas privadas. Além disso, é base para inúmeros estudos sobre as configurações espaciais do Território Nacional. A presente compatibilização, nesse sentido, toma o conjunto das diversas edições de um dos maiores estudos longitudinais da rede urbana brasileira e retrata as mudanças nela ocorridas ao longo de quase 60 anos.

A publicação traz exemplos de estudos diacrônicos que poderiam se beneficiar da metodologia ora apresentada; discorre sobre os

fundamentos teóricos que a nortearam, a partir da noção de estabilidade estrutural da rede urbana; descreve a operacionalização prática dos conceitos adotados, mostrando as particularidades de cada edição da REGIC; e, por fim, analisa os resultados obtidos quanto à consistência interna das hierarquias compatibilizadas com as nomenclaturas da última edição da pesquisa, a REGIC 2018, encerrando com considerações sobre a evolução e a mudança das sub-redes que compõem o quadro da rede urbana nacional.

Complementarmente ao volume, são disponibilizadas no portal do IBGE na Internet duas bases de dados: uma que apresenta as hierarquias harmonizadas, de acordo com a metodologia ora proposta, entre todas as cidades envolvidas nas diversas edições da pesquisa; outra que congrega as ligações entre as cidades que compõem cada rede urbana.

Objetivo do estudo

Entender as redes urbanas enquanto entidades evolutivas, isto é, cujas estruturas, relações e atributos variam, ou se mantêm, conforme o tempo passa, requer comparar os seus diferentes estados em diversos momentos. Como o IBGE já possui uma larga tradição na produção de grandes quadros da rede urbana nacional, tendo publicado quatro edições da pesquisa Regiões de Influência das Cidades - REGIC (IBGE, 1987, 2000, 2008, 2020), além de um levantamento precursor dessa pesquisa, coletado em 1966, a Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas (IBGE, 1972), é possível afirmar que já há um acúmulo de conhecimento que torna a produção desse tipo de estudo urbano pertinente. A presente iniciativa objetiva, portanto, contribuir nesse sentido, fornecendo uma base para estudos comparativos e diacrônicos, ao estabelecer um quadro único das hierarquias urbanas ao longo do tempo.

As diferentes edições da REGIC atravessaram vários estágios da história do pensamento geográfico, iniciando em um momento de ascendência de uma visão mais teórica e “generalista” de leitura da realidade, isto é, menos preocupada em discernir o que faz tal ou qual cidade singular, como no paradigma anterior, dito “excepcionalista”, e mais orientada a compreender os processos gerais que as unem. Com

essa perspectiva, teve em Geiger¹ (1963), que tratou da rede urbana em seu conjunto, uma de suas primeiras expressões.

Como frisado, a primeira publicação dessa linha de pesquisa no IBGE, com levantamento primário de dados, foi a Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas, lançada em 1972, com coleta em 1966, em um momento de auge do movimento neopositivista no País, conhecido como Geografia Quantitativa. A ela se seguiu a primeira edição da REGIC, lançada em 1987, com coleta em 1978, em um momento de hegemonia de uma visão crítica, não raro de matriz marxista, sucedendo-lhe outras edições posteriormente, em períodos de multiplicidade de visões teóricas e de diferentes paradigmas na Geografia².

O largo escopo temporal das diferentes edições da REGIC implica leituras distintas, tanto da realidade do momento quando se está pesquisando quanto das diferentes visões das equipes envolvidas, já que se trata de uma linha de pesquisa multigeracional. Mesmo tendo, ao menos parcialmente, uma base teórica comum a todas as edições – a Teoria das Localidades Centrais, de Christaller (1966) –, é de se esperar que cada edição tenha as suas particularidades metodológicas e que operacionalize o levantamento e o tratamento dos dados de maneira própria.

As diversas categorias de classificação do fato urbano não são idênticas e não têm o mesmo significado ao longo do tempo, daí o propósito do presente estudo: compatibilizar as diferentes hierarquias das cidades nesse decorrer. Afinal, o que um Centro Macrorregional da edição coletada em 1966, ou um Centro Sub-Regional da REGIC 1978, ou uma cidade de centralidade “média para fraca” da REGIC 1993, ou as Metrôpoles e Capitais Regionais da REGIC 2007 e da REGIC 2018 querem dizer? O que cada uma dessas categorias é em relação às outras? É isso que se quer responder, pois as diferenças entre as edições de tais levantamentos refletem não só as mudanças da realidade em si, o aumento ou a diminuição da centralidade das cidades e a modificação de seu padrão relacional, mas também as modificações no pensamento sobre a realidade. Busca-se, portanto, com esta iniciativa facilitar o trabalho de quem deseja fazer estudos diacrônicos das redes urbanas.

¹ Pedro Pinchas Geiger, geógrafo do IBGE entre 1942 e 1984, possui uma vasta obra nos campos da urbanização, industrialização, regionalização e rede urbana, sendo um dos pioneiros de tais estudos em escala nacional.

² Para uma leitura da evolução dos estudos urbanos na Geografia brasileira do Século XX, ver Abreu (1994).

Exemplos de estudos diacrônicos

Nos anos recentes, diversos estudos já têm tentado dar conta da dimensão temporal quando se trata de rede urbana, verificando como se deu a evolução das relações entre cidades e das hierarquias em regiões específicas.

Por exemplo, Ferreira (2022) se debruça sobre o caráter policêntrico da rede urbana no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, onde há um capítulo especificamente dedicado à comparação das cidades estudadas no tempo, usando as diferentes edições da pesquisa Regiões de Influência das Cidades - REGIC. Apesar de o trabalho ser muito consistente, os diferentes momentos do tempo de cada edição são meramente justapostos a partir dos resultados originais do jeito em que estão, com a trajetória das cidades na região estudada apenas sugerida ou subentendida. Somente com as informações retiradas das edições coletadas em 2007 e 2018 é que a autora pôde verificar a evolução das hierarquias específicas, isto é, se cidades caíram ou subiram de hierarquia. Deve-se enfatizar, obviamente, que essa avaliação da evolução não é o objetivo central do trabalho da autora, apenas uma ferramenta para a análise que, contudo, consiste em um exemplo de estudo que se beneficiaria diretamente da metodologia ora proposta, permitindo uma verificação direta da trajetória hierárquica do conjunto de cidades considerado.

De forma razoavelmente semelhante, Fabiane (2022), buscando apresentar as regionalizações do IBGE e as hierarquias urbanas das

idades da Região Sul como um todo, apenas menciona a distribuição dos centros urbanos nas categorias hierárquicas propostas na Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas, lançada em 1972, com coleta em 1966, bem como na REGIC 1978 e na REGIC 1993, e realiza uma comparação evolutiva direta apenas para a REGIC 2007 e a REGIC 2018.

Por sua vez, Faccin, Detoni e Silveira (2023), possivelmente, são os autores que mais se beneficiariam da presente metodologia, uma vez que se dispuseram a analisar as mudanças em si na rede urbana na Região dos Vales (RS). Enfatizando as diversas mudanças metodológicas das diferentes edições da REGIC, as configurações da rede urbana estudada são, novamente, justapostas sem muita consideração sobre os diferentes significados das categorias de centralidade distintas ao longo do tempo. Isto, entretanto, não impediu que se verificasse o caráter estável da rede “com poucas modificações expressivas ao longo do tempo analisado” (Faccin; Detoni; Silveira, 2023, p. 19), bem como o importante papel das emancipações municipais na região em questão.

Mesquita e Godoy (2023), focando nas Metrôpoles de Curitiba e Florianópolis, é outro exemplo de estudo que poderia fazer uso direto das hierarquias históricas compatibilizadas. Embora os autores não tenham como objetivo principal analisar a evolução das redes urbanas, como estudam o processo de metropolização, chegam mesmo a criar um quadro preliminar comparativo da equivalência entre as categorias hierárquicas ao longo do tempo, mas como sua ênfase foi no nível metropolitano, não há muitas modificações notáveis, além da própria trajetória das cidades mencionadas à categoria de Metrôpole. Chamam a atenção que as redes que estudaram estão entre as que possuem uma quantidade maior de centros urbanos de hierarquia intermediária do País.

O trabalho de Moraes, Nunes e Rego (2023), por sua vez, é um exemplo de como a comparabilidade das diferentes edições da REGIC é factível e útil. Os autores buscam entender o fato de que a rede urbana do Estado do Rio Grande do Norte esteve historicamente dividida entre a influência das Metrôpoles de Fortaleza e Recife. Analisando a variação das diferentes áreas de influência ao longo do tempo, para os autores é mais importante o vínculo entre as cidades do que sua hierarquia, mas, de qualquer modo, um esforço de harmonização dos dados históricos também poderia vir a enriquecer os resultados.

Comparabilidade das edições da REGIC

A Geografia brasileira, depois da fase das monografias regionais dos anos 1940 e 1950, conheceu uma onda de estudos do que hoje chamamos de relações externas à cidade, passando a preponderar as temáticas interurbanas. Sob influência de Michel Rochefort [1927-2015], passou-se a buscar os graus de centralidade e hierarquia das cidades e o alcance de suas hinterlândias (Corrêa, 1982).

Um fato comum a todas as edições da pesquisa Regiões de Influência das Cidades - REGIC e à sua precursora, a Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas, coletada em 1966, é a utilização da Teoria das Localidades Centrais, de Christaller (1966), quer de maneira explícita, quer pelo uso indireto de outros autores que a têm como fonte. Isto faz com que, independentemente das variações metodológicas entre as edições, seja factível a comparação entre as diversas categorias de classificação das centralidades urbanas, assim como dos vínculos entre cidades que criam as regiões de influência, na medida em que há uma base comum que une todas as edições, mesmo que parcialmente – nesse sentido, as edições mais recentes da REGIC, coletadas em 2007 e 2018, vão além dessa base teórica, incluindo outros aportes teóricos.

Mesmo sem qualquer harmonização das hierarquias, a mera justaposição das redes já fornece um quadro que permite comparações e apreciações de mudanças das cidades ao longo do tempo, como mostraram os trabalhos anteriormente citados. Também corroboram essa visão os comentários sobre os resultados da REGIC 2007 formulados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (Comentários..., 2009), que percebe a permanência

em longo prazo das características do quadro urbano nacional, assim como Moura, Nagamine e Ferreira (2021).

O que se busca fazer no presente estudo é o ajuste fino dessas hierarquias, trazendo o significado conceitual, os nomes e as categorias antigas para as suas equivalentes atuais, tornando a evolução hierárquica das cidades diretamente comparável no tempo.

Esse esforço se justifica na medida em que ganham importância os estudos que enfatizam a evolução das redes urbanas, a partir da crítica à Teoria das Localidades Centrais. Apesar dessa revisão teórica existir já no âmbito da Geografia Crítica no Brasil desde os anos 1980 – conforme apontam a Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana, de Milton Santos [1926-2001], o trabalho de superação dialética das localidades centrais, de Roberto Lobato Corrêa³, entre outros –, foi nos anos 1990 que emergiu a crítica ao caráter estático da Teoria das Localidades Centrais, com o grupo de Denise Pumain⁴. Enfocando na interpretação de uma certa tautologia da Teoria das Localidades Centrais, na qual se pressupõe a ordem que pretende explicar – afinal as funções centrais são aquelas que se encontram nas localidades centrais e essas últimas são as que abrigam as funções centrais –, percebe-se que a teoria clássica faz retratos de um certo momento, não elucidando como as centralidades surgiram. Com esta autora, enfatizando processos, muda a concepção das redes urbanas para sistemas complexos evolutivos. As relações entre cidades passam a ser vistas como entidades auto-organizadas, onde as trajetórias históricas de formação importam e são determinantes para a forma que possuíram depois (Pumain, 1997). Daí vem a importância de se entender as trajetórias da rede, quer em seu conjunto, nos seus subsistemas, ou mesmo do ponto de vista de centros urbanos individuais.

Em relação ao objeto de estudo que perpassa todas as diferentes edições da REGIC, cabe uma advertência sobre o conceito de cidade utilizado. A despeito de toda a discussão teórico-conceitual e filosófica sobre a natureza da cidade, os trabalhos do IBGE se caracterizam pelo pragmatismo, já que são pesquisas envolvendo frequentemente centenas e mesmo milhares de pessoas, e que vão a campo realizar levantamentos com prazos determinados. Assim, a noção que se tem de cidade é sempre um conceito operacional, para fins práticos. A versão da REGIC 2018 considera cidade como a junção dos Arranjos Populacionais (IBGE, 2016) e Municípios Isolados. Os Arranjos Populacionais são agregados de Municípios que, por movimento pendular a trabalho ou estudo ou contiguidade da mancha urbana, formam unidades integradas. As cidades que não compõem Arranjos Populacionais foram consideradas como Municípios Isolados. Dessa forma, há cidades que são compostas só por seu Município, e há aquelas que juntam desde um par de Municípios até algumas dezenas deles, como as grandes Metrôpoles. Esses conjuntos são tidos, cada qual, como uma cidade.

A REGIC 2007 segue princípios semelhantes, porém com um conceito anterior, as Áreas de Concentração de População (IBGE, 2008). As edições anteriores, entretanto, eram realizadas apenas considerando Municípios, porém com algumas particularida-

³ Geógrafo do IBGE e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, é autor de obras fundamentais para a compreensão e crítica da Teoria das Localidades Centrais e da Geografia Urbana no Brasil. Possui vasta influência na formação de gerações de geógrafos, sendo também um dos nomes fundamentais da Geografia Crítica a partir dos anos 1980.

⁴ Professora da Universidade de Paris 1 - Sorbonne, pesquisadora de sistemas urbanos, tornou-se conhecida pelo desenvolvimento de uma Teoria Evolutiva das Cidades, a partir de uma visão da complexidade e da aplicação de modelos dinâmicos.

des. Os Municípios que compunham Regiões Metropolitanas eram desconsiderados na pesquisa, porém sem a publicação de sua lista. Há algumas cidades que aparecem de forma pareada, como Juazeiro-Petrolina (BA e PE), Cantagalo-Cordeiro (RJ) e Criciúma-Tubarão (SC), mas não há sistematicidade nem explicações de critérios para quando essas agregações são utilizadas, além de ocorrerem de maneira excepcional.

Portanto, há variações ao longo do tempo na composição das cidades que, contudo, foram desconsideradas, uma vez que a escala espacial em nível nacional e o recorte temporal longo faz com que esse detalhe perca importância, além de aumentar desproporcionalmente a complexidade do trabalho. O foco da atual análise cai, dessa forma, sobre o núcleo das aglomerações urbanas a partir do recorte mais atualizado, publicado em IBGE (2016).

Pressupostos teóricos da compatibilização hierárquica

O trabalho de compatibilização das hierarquias, dada a razoabilidade de sua equivalência através do tempo e das sucessivas edições da REGIC, tem por base a noção de estabilidade estrutural da rede urbana. Isto significa que, a partir dos períodos históricos em que foi levantada, a rede urbana apresenta a tendência de permanência a longo prazo de sua forma e, principalmente, da centralidade das cidades uma em relação a outra, que se manifesta através de sua classificação hierárquica. Em outras palavras, a posição hierárquica das cidades tende a se manter a mais invariável possível ao longo do tempo, respondendo aos processos sociais de mudanças mais amplos e ao “ambiente” no qual o sistema que constitui a rede se insere, entendido como interferências externas à rede, como as variações dos indicadores macroeconômicos e da moeda doméstica frente ao dólar, o crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, a variabilidade espacial e temporal da renda média da população, os processos migratórios e de ocupação territorial, a instalação de infraestrutura de comunicação e transporte, entre outros. Dessa forma, são necessárias algumas explicações no que tange à natureza da rede urbana e como se dá a questão de sua estabilidade estrutural apesar da evolução histórica em que se insere.

A clássica Teoria das Localidades Centrais, de Christaller (1966), foi a visão hegemônica na temática das redes urbanas a partir da segunda metade do Século XX, permitindo enxergar as regularidades na presença, espaçamento e relacionamento entre as cidades ao redor do mundo, ressaltando características universais de modo a permitir o estudo das redes urbanas em países os mais diferentes possíveis entre si.

Sendo uma tributária da visão econômica neoclássica, uma forma de sua expressão espacial, a Teoria das Localidades Centrais tem por base o mercado varejista e o papel das cidades em serem polos de atendimento à população rural dispersa, bem como aos demais centros urbanos. Possui uma visão estática da rede, um retrato de um certo momento no tempo. É uma teoria hipotético-dedutiva, criando uma imagem de como o mundo deveria ser a partir de condições ótimas, como concorrência perfeita, distribuição homogênea da população e acesso igualitário a decisões políticas. Essas condições são, obviamente, impossíveis de acontecer; então o que essa Teoria faz é criar um quadro de referência e um modelo espacial nos quais as redes urbanas são explicadas a partir de como essas condições variam: em uma região de baixa

densidade demográfica, as cidades se tornam espaçadas, em regiões de renda muito concentrada, há um descompasso entre os níveis hierárquicos, onde o poder político é extremamente centralizado, surge uma cidade primaz, um obstáculo geográfico, como um rio ou uma serra, faz surgir centros de porte semelhantes próximos, entre muitos outros exemplos possíveis.

A crítica à Teoria das Localidades Centrais começou ainda nos anos 1980, como já afirmado. No Brasil, Roberto Lobato Corrêa, um dos seus principais interlocutores críticos, teve o cuidado de manter a enorme contribuição teórica já realizada pelo aporte clássico, bem como incorporar a contribuição dos inúmeros estudos conduzidos. Este autor mostra as conexões do funcionamento da rede urbana com as estruturas do sistema capitalista, como ela viabiliza a realização da mais-valia por organizar espacialmente a distribuição de mercadorias, assim como drenar a renda para os centros de decisão econômica, possibilitando a acumulação capitalista (Corrêa, 1982).

Uma outra interlocução crítica com a Teoria das Localidades Centrais já bem estabelecida foi a de Santos (2004)⁵, segundo a qual a existência dos dois circuitos da economia, o superior e o inferior, interferem diretamente no funcionamento da rede urbana. O circuito inferior, com sua informalidade, implica em um certo grau de imobilidade dos bens e serviços ofertados, limitados ao seu local de produção dado seu baixo valor individual, ao que se soma a incapacidade de os indivíduos realizarem grandes deslocamentos em virtude de sua renda limitada. A rede urbana como a concebemos, por essa visão, é limitada ao circuito superior da economia, estando parte significativa das atividades econômicas e cidadãos limitados a um escopo local, com as cidades desempenhando um papel pouco além de Centros Locais. Essa linha de pensamento, entretanto, em que pesem diversos estudos empíricos a tendo como base, não avançou significativamente para um entendimento mais abrangente da rede urbana, como afirma Galindo (2023)⁶.

Entretanto, foi a partir dos anos 1990, com o trabalho de Denise Pumain e seus colaboradores, que há uma mudança mais radical da concepção da natureza da rede urbana, que é particularmente importante para o presente estudo, pois é dela que vem a noção da estabilidade de longo prazo das redes urbanas. A rede passa a ser vista como um sistema construído “de baixo”, isto é, a partir de uma nuvem de interações entre agentes os mais diversos possíveis. São desde indivíduos a grandes organizações, de pequenas empresas a corporações transnacionais e ao Estado, passando por ONGs, cooperativas, universidades etc., interagindo entre si e com seus congêneres nos diversos centros urbanos. É o processo dessa interação à distância que cria a rede.

São estes agentes localizados nos centros urbanos que tornam concreta a rede urbana, com as cidades cumprindo o papel de abrigá-los e concentrar as infraestruturas e as facilidades de aglomeração e comunicação que permitem sua existência e

⁵ A edição utilizada no presente estudo é a 2004, porém cumpre realçar que a edição original do livro de Milton Santos, em português, é de 1979; isso é relevante porque corresponde a críticas à Teoria das Localidades Centrais formuladas há mais de 40 anos.

⁶ Nesse sentido, os próprios resultados da REGIC 2018 fornecem indícios que contrariam a interpretação de a rede urbana se limitar ao circuito superior. Por exemplo, a enorme centralidade de Goiânia para o comércio de vestuário, parcialmente responsável por sua extensa área de influência, se deve, sem dúvida, a dinâmicas do circuito superior, visível pela atuação de empresas formalizadas e de grande alcance; no entanto, também está presente, de maneira significativa e direta, o trabalho quase familiar de produção de vestuário para a revenda por pequenos comerciantes, uma faceta claramente ligada ao circuito inferior e que gera muita atração para aquela Metrópole. Isso também pode se estender a outras centralidades, como a cultural, na qual diversos pequenos centros urbanos se citam mutuamente.

atuação. As redes urbanas, os relacionamentos entre as cidades, são resultados não planejados da agregação da ação individual desses agentes. Cada agente possui sua própria estratégia, contatos e padrões espaciais de interação. Seus padrões coletivos agregados dão a forma que a rede urbana possui.

Dessa maneira, a rede deixa de ser uma entidade estática para se tornar o produto vivo dessas relações em constante dinâmica, com as cidades participando de múltiplos circuitos simultaneamente e os mais diversos possíveis. Os diferentes agentes, nas diversas cidades e regiões se interconectando, fazendo e desfazendo ligações no nível micro, dão os padrões espaciais da rede no nível macro. Não há uma direção central necessariamente induzindo os atores a tal ou qual padrão e, mesmo quando há um agente hegemônico, quase sempre o Estado Nacional ou uma grande corporação capitalista fomentando algum tipo de projeto, isso passa a ser visto como apenas mais um agente – possivelmente de grande força e poder estruturador do espaço – mas nada garantindo que o resultado por ele almejado seja atingido, já que a forma final do sistema é sempre adaptativa e os agentes podem ter comportamentos inesperados que se difundem e se retroalimentam.

Além do clássico deslocamento de pessoas para aquisição de bens e serviços, função urbana antiquíssima que mantém sua importância, sem sombra de dúvidas, aquelas ligações múltiplas são, em termos concretos, a rede de fornecedores e clientes de determinada empresa, que pode se localizar em “n” cidades; as companhias que possuem sede em determinado local, com filiais e escritórios de representação em outro; as universidades que criam redes de pesquisa com diversas instituições espalhadas; os imigrantes que mantêm sua rede de contatos em suas regiões originais, gerando movimento de pessoas; os clubes esportivos que viajam para participar em campeonatos; as cadeias produtivas de grandes empresas; os consórcios entre prefeituras para tratar de determinados temas; as instituições públicas que mantêm administração descentralizada no território; o estabelecimento de um grande centro comercial, atraindo consumidores dispersos, entre muitos outros exemplos possíveis.

Os sistemas urbanos são, pois, dinâmicos, uma vez que os agentes vão se adaptando uns aos outros conforme seus objetivos, condições de atuação e oportunidades, além dos contextos em escala nacional e global. A forma da rede urbana vai continuamente respondendo às diferentes ligações entre agentes, constantemente se refazendo.

Curiosamente, uma faceta bastante conhecida da rede urbana é a sua estabilidade, o fato de que quase sempre os mesmos centros urbanos dominantes se mantêm ao longo do passar do tempo. Os mesmos centros intermediários fazem a conexão das grandes Metrópoles e das cidades pequenas. Os pequenos centros urbanos se mantêm, relativamente aos demais, com a mesma hierarquia.

Aparentemente contraditória com a natureza dinâmica e sistêmica, isto é, a propriedade de mudanças se propagarem pela rede com os diversos elementos se adaptando, é o seu caráter estável. Como é possível uma entidade tão dinâmica e sujeitas a flutuações se manter largamente invariável no tempo? A resposta a essa pergunta passa pela noção da rede urbana como sistema e pelo processo de retroalimentação positiva a que as cidades estão sujeitas.

Há 50 anos, Pred (1973, p. 187) já utilizava o conceito de sistema urbano para interpretar as relações entre cidades em longa duração nos Estados Unidos, descrevendo-o como um conjunto de centros que são interdependentes de maneira que uma mudança nas atividades econômicas, na estrutura ocupacional, na renda, na quantidade de população de um ou mais elementos do sistema, isto é cada centro urbano individual, produzirá direta ou indiretamente modificações nos demais membros deste sistema.

Essa interdependência entre as cidades ajuda a explicar a permanência longa que caracteriza a rede urbana, mesmo através das transformações técnicas, sociais e econômicas pelas quais passa o País. São as trocas viabilizadas pela interconexão entre as cidades que garantem a circulação de informações entre os agentes nos diversos centros e daí, suas relações de concorrência e cooperação entre si fazem com que recursos sejam captados em todos os níveis hierárquicos proporcionalmente a seus tamanhos e atuações ao longo do tempo, mantendo dinamicamente a estrutura (Pumain, 1992). As mudanças que ocorrem, geralmente de maneira incremental ou aos poucos, não negam a capacidade de autorreprodução do sistema de cidades, com os agentes e cidades gradualmente se ajustando uns aos outros e às conjunturas ao longo do tempo, uma vez que estão sujeitos a processos de retroalimentação positiva: o resultado de um processo que colabora para sua própria continuidade ou mesmo intensificação.

Partindo da noção de economia de aglomeração, isto é, do fato que as atividades econômicas se beneficiam de se localizarem próximas umas às outras, façamos um exercício mental: podemos imaginar a situação hipotética de um espaço inocupado, sem feições ou formações populacionais prévias. À medida que a ocupação territorial vai se fazendo – e assumimos aqui de forma aleatória – e atividades vão se instalando, duas ou mais firmas que por motivos fortuitos se instalem próximas entre si vão gerar um fator de atração por causa das vantagens da proximidade e esse aglomerado vai tender a crescer mais ainda, se tornando cada vez mais atrativo. As aglomerações, por essa lógica, se retroalimentam: quanto mais crescem, mais atraem novas atividades e ocupantes, se tornando maiores ainda e mais atrativas e assim sucessivamente. O padrão territorial gerado, passado um tempo, será de diversas aglomerações criadas pela escolha que os ocupantes iniciais fizeram, que acabam, no final, produzindo como resultado uma estrutura que dependeu de um percurso histórico. A estrutura, dessa maneira, tende a ficar “trancada” na forma que construiu porque o custo de desobedecê-la é alto, realizar ocupações fora de seus padrões prévios implica em desvantagens locacionais e maiores custos nas relações com outros lugares.

Esse é um modelo econômico proposto por Arthur (1994) que enfatiza o papel dos retornos crescentes e da dependência de trajetória, e temos que levar em consideração seu grau de abstração. Países reais dificilmente vão apresentar um espaço estilo tabula rasa como considerado no modelo (aliás, qualquer modelo). As cidades criadas ao longo do tempo e a ocupação territorial seguiram processos históricos muito concretos e opções políticas muitas vezes determinantes, mas o princípio da economia de aglomeração, já muito estudado nas literaturas geográfica e econômica, faz com que a trajetória das redes urbanas sejam o resultado de uma mistura entre as determinações econômicas realizadas pelos grandes agentes e políticas de Estado, mas também da aleatoriedade das interações entre agentes descentralizados.

A ideia a ser retida é que, quanto maior uma cidade, maior sua atratividade e crescimento e seu potencial para o novo trabalho, isto é, atividades inovadoras que aumentam a complexidade da divisão do trabalho por causa da grande possibilidade de interações que o centro urbano proporciona (Jacobs, 1969). Essa geração de inovações faz com que as grandes cidades sejam ainda mais atrativas, para além das próprias economias de aglomeração. As inovações tendem, além disso, a se propagar para outras cidades através da rede urbana por causa de sua natureza sistêmica, com a interação que mistura concorrência e cooperação entre os atores e faz as informações circularem, fazendo com que o tamanho relativo entre as diversas cidades se mantenha, o que reforça a estabilidade.

Então, uma vez que uma cidade já possui um certo tamanho, ela gera uma “massa crítica” de pessoas e atividades que criam inovações e aglomerações que a faz manter uma certa inércia. Seu tamanho e conexões externas tende a não se degradar rapidamente (mas possivelmente de maneira paulatina, se processos econômicos mais amplos assim o determinarem), pelo motivo da retroalimentação positiva que, mesmo minguate, ainda manterá um fluxo grande atraindo pessoas a atividades, ao mesmo tempo que as oportunidades de novo trabalho e de ligações entre agentes aglomerados espacialmente se sustentam.

Não podemos esquecer, assim, que as redes urbanas também são um produto de uma evolução histórica, de um processo longo de concentração populacional que tende a seguir a lógica da economia de aglomeração, onde há ganhos para as atividades e pessoas em permanecer concentradas (Pumain, 1992).

Obviamente, embora haja uma tendência à rede de permanecer como já está, como ela sempre está em equilíbrio dinâmico e se ajustando a contextos mais amplos, também ocorrem mudanças, mesmo que incrementais, aos poucos ou em algumas de suas partes específicas. É possível perceber, no exemplo do caso brasileiro, uma grande bifurcação na trajetória da sub-rede de Rondônia e do Acre. Esta porção da rede, liderada pela cidade de Porto Velho (RO), até a REGIC 1978, tinha como direcionamento final a Metrópole de Belém e nas edições posteriores passou a se relacionar mais com São Paulo e Brasília, dada mudanças em seu “ambiente”, como o asfaltamento da BR-364 nos anos 1980 e o processo de colonização em Rondônia feito principalmente com base em pequenas e médias propriedades rurais, o que demandava a presença de centros fornecedores de bens e serviços.

Operacionalização do conceito

O primeiro passo para a compatibilização das hierarquias é a comparação bruta de seus níveis nominais, justapô-las lado a lado para avaliar se há possíveis equivalências – o que é razoável por compartilharem de bases teóricas, no mínimo, parcialmente semelhantes, como já argumentado. Foi possível então compor um quadro de compatibilização preliminar, exibido a seguir (Quadro 1). Cada categoria é apresentada tal como publicada originalmente em suas edições:

Quadro 1 - Comparação bruta das hierarquias, por ano de coleta da pesquisa

1966	1978	1993	2007	2018
Grande metrópole Nacional	Metrópole regional	Máximo	Grande Metrópole Nacional	Grande Metrópole Nacional
Metrópole Nacional			Metrópole Nacional	Metrópole Nacional
Centro metropolitano regional			Metrópole	Metrópole
Centro macrorregional	Centro submetropolitano	Muito forte	Capital regional A	Capital regional A
Centro regional A	Capital regional	Forte	Capital regional B	Capital regional B
Centro regional B			Capital regional C	Capital regional C
Centro sub-regional A	Centro sub-regional	Forte para médio	Centro sub-regional A	Centro sub-regional A
Centro sub-regional B		Médio	Centro sub-regional B	Centro sub-regional B
Centro Local A	Centro de zona	Médio para fraco	Centro de zona A	Centro de zona A
Centro Local B		Fraco	Centro de zona B	Centro de zona B
Município	Município subordinado	Muito fraco	Centro local	Centro local

Fonte: IBGE, Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas 1966 e Regiões de Influência das Cidades 1978/2018.

O primeiro fato a chamar a atenção é que as duas últimas edições da REGIC, coletadas em 2007 e 2018, possuem classificações idênticas de hierarquia e, de fato, foram concebidas para serem as mais compatíveis e comparáveis possíveis. São duas edições que, portanto, possuem comparabilidade direta, não sendo necessários ajustes.

Pode-se seguir em ordem decrescente buscando encaixar as categorias das edições antigas nos 11 níveis hierárquicos das edições modernas (Quadro 2), sendo o nível 1 o de maior centralidade (Grande Metrópole Nacional), seguido pelos níveis: 2 (Metrópole Nacional); 3 (Metrópole); 4 (Capital Regional A); 5 (Capital Regional B); 6 (Capital Regional C); 7 (Capital Sub-Regional A); 8 (Capital Sub-Regional B); 9 (Centro de Zona A); 10 (Centro de Zona B); e 11 (Centro Local).

O trabalho de compatibilização se dividiu em quatro etapas, as posteriores sendo acionadas quando nas anteriores não foi possível a imputação da hierarquia compatível com a atual:

Quadro 2 - Base de referência para a compatibilização hierárquica

Nível	Hierarquia
1	Grande Metrópole Nacional
2	Metrópole Nacional
3	Metrópole
4	Capital Regional A
5	Capital Regional B
6	Capital Regional C
7	Centro sub-regional A
8	Centro sub-regional B
9	Centro de zona A
10	Centros de zona B
11	Centro Local

Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2007/2018.

Etapa 1: Concatenação de hierarquias - imputa-se diretamente a hierarquia por sua justaposição, como esboçado no Quadro 1, quando, inequivocamente, um nível nas edições históricas corresponde a outro da edição mais recente. Por exemplo, os Municípios da edição coletada em 1966, os Municípios Subordinados da REGIC 1978, e a categoria “muito fraco” da REGIC 1993 foram todos considerados equivalentes a Centros Locais na REGIC 2018 (nível 11). Esta etapa sozinha já encerrou toda a compatibilização da edição coletada em 1966. As demais imputações diretas serão explicadas a seguir, nos tópicos equivalentes a cada edição.

Etapa 2: Verificação da trajetória hierárquica - as categorias que podem ser encaixadas como A, B ou C não são solucionáveis pela Etapa 1. Portanto, verificou-se a trajetória de cada centro urbano individualmente no tempo. O parâmetro principal é a regra da estabilidade estrutural, apresentada no tópico **Pressupostos teóricos da compatibilização hierárquica**, isto é: a hierarquia deve permanecer a mais invariável possível e não pode ascender mais de um nível de uma edição para a outra, a menos se especificado explicitamente em sua classificação posterior.

Exemplificando, se uma cidade era classificada como Centro de Zona na REGIC 1978, ela pode ser categorizada nos níveis 9 ou 10, atuais Centros de Zona A ou B. Se antes era nível 11 na edição coletada em 1966 (Município não Listado), e, depois, nível 9 na REGIC 1993 (nível “médio para fraco”), apresentando uma trajetória de ascendência hierárquica, esta cidade só pode ser equivalente ao nível 10 (Centro de Zona B) na REGIC 2018. Assim, segue-se a regra da estabilidade: a cidade só avança um nível da edição coletada em 1966 para a REGIC 1978; e, depois, mais um nível, para a REGIC 1993 (de 11 para 10 e depois para 9).

Isso coloca o problema de existirem casos em que a cidade poderia igualmente se classificar em qualquer um de ambos os subtipos: imagine-se a situação de a cidade ser 11 na edição coletada em 1966, 10 ou 9 (Centro de Zona) na REGIC 1978, e 8 na REGIC 1993 (nível “médio”). Esta cidade hipotética vai necessariamente ascender mais de um nível, e a questão passa a ser determinar em qual momento esse crescimento de hierarquia ocorreu. Para tanto, passou-se à Etapa 3.

Etapa 3: Comparação do tamanho das áreas de influência no tempo - para os casos em que a Etapa 2 não resolveu, buscou-se comparar o número de cidades que os centros em questão subordinavam ao longo do tempo. Se elas tendiam ao aumento de centralidade, se traduzindo em uma área de influência maior, imputava-se a categoria A, caso contrário, a B⁷. No caso do exemplo anterior, se a cidade subordinasse uma quantidade de centros mais semelhantes à edição coletada em 1966, então a hierarquia a ser imputada seria a 10 (Centro de Zona B). Se o número de subordinados fosse mais semelhante ao da REGIC 1993, a hierarquia imputada seria, então, a 9 (Centro de Zona A)⁸. Então, a imputação da hierarquia segue um método onde não

⁷ O número de cidades subordinadas como medida de centralidade não é inteiramente adequado por dar sobre peso às regiões onde a malha municipal é muito fragmentada, porém, como o método foi relativo à contagem de uma mesma cidade ao longo do tempo, minimiza-se essa sobrevalorização porque regiões diferentes não são comparadas entre si. Além disso, a inovação metodológica do Índice de Atração, que relativiza o peso de cada ligação segundo o tamanho demográfico, só surgiu na REGIC 2018, sendo impossível retroagí-lo. A contagem é, pois, um método simples que pode ser usado em todas as edições da pesquisa sem contratempos.

⁸ Observa-se que, na REGIC 2007 e na REGIC 2018, a hierarquia tinha por base os níveis de gestão do território, ou relações de *city-ness*. Essa inovação só ocorreu nessas edições, sendo muito frequentes cidades com redução do tamanho de suas áreas de influência, porém com aumento de hierarquia, justamente por perder importância as relações de *town-ness*, que eram praticamente as únicas consideradas nas edições anteriores.

há valores absolutos, não existe um limiar de corte entre categorias, mas verifica-se a evolução de cada centro em questão individualmente, comparados a si mesmo no tempo. Ainda assim, há casos “insolúveis”, como quando o número de subordinados é equidistante às três edições comparadas, ou quando as hierarquias de duas edições sucessivas são sujeitas simultaneamente à equivalência de dois subtipos, nomeadamente, os níveis Capital Regional, na REGIC 1978, e “forte”, na REGIC 1993 (ambas podem ser Capitais Regionais B ou C, conforme a terminologia da REGIC 2018).

Etapa 4: Verificação da evolução demográfica - o último critério para desempate dos casos particulares que as regras anteriores não resolveram foi comparar o crescimento demográfico destes centros urbanos com a média do crescimento demográfico do País. O pressuposto é que o volume demográfico é uma *proxy* da centralidade. Deste modo, caso uma cidade apresente um crescimento populacional mais forte que a média nacional, sua hierarquia subirá, do contrário, descerá. Foram consideradas as variações entre os Censos Demográficos realizados em 1970, 1980 e 1991. Apenas 40 centros urbanos tiveram suas hierarquias imputadas dessa forma.

Nos tópicos a seguir, será explicada a aplicação de tais regras em cada edição específica.

Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas

De maneira geral, este levantamento primário de dados lançado em 1972, com coleta em 1966, é, entre as edições históricas dessa linha de pesquisa, o que possui maior semelhança com as duas últimas versões publicadas, exceto quanto à proposição de quatro níveis metropolitanos e apenas dois no nível regional.

Assim, não há muitas dúvidas em equivaler os três primeiros níveis da edição coletada em 1966 aos três primeiros da REGIC 2018. A questão torna-se o que fazer com a categoria Centro Macrorregional, inexistente nas demais edições.

Os trabalhos anteriores a 2007 levavam em consideração para as classificações das cidades apenas os deslocamentos para a aquisição de bens e serviços, sendo só posterior a consideração das ligações de gestão, consideradas definidoras dos níveis hierárquicos mais importantes. As cidades, na edição coletada em 1966, foram classificadas, assim, contando o número de relacionamentos com os demais centros urbanos em uma matriz de origem e destino, obtida por questionários respondidos pelas agências do IBGE. Porém, a própria descrição da metodologia do trabalho considerou insuficiente essa contagem, passando a levar em consideração especificamente outros indicadores na definição do nível metropolitano, tais como população em 1970⁹ e a presença de equipamentos urbanos, diferenciando os relacionamentos dentro da área de influência de cada centro com as menções de todo o território (IBGE, 1972. p. 14). Esses indicadores foram reduzidos a um índice que, classificado em ordem decres-

⁹ Embora a coleta da pesquisa tenha sido realizada em 1966, sua publicação se deu apenas em 1972; portanto, os dados do Censo Demográfico 1970 puderam ser utilizados em sua metodologia.

cente, permitiu obter o quadro dos quatro níveis metropolitanos¹⁰. Entretanto, o texto conclui com uma explicação especial para a categoria dos centros macrorregionais:

Nesta última categoria, [os centros macrorregionais]... reúnem à sua atuação de grande intensidade de relacionamentos em amplo espaço, **algumas funções** de caráter metropolitano. Esses centros são, em parte, **complementados na sua atuação dentro da área por outros centros metropolitanos**. Assim, Recife tem grande penetração na área de Fortaleza e São Paulo nas de Curitiba e Goiânia (IBGE, 1972, p. 15, grifo nosso).

Por essa descrição, caracterizando este tipo de cidade como não plenamente uma Metrópole, com suas redes estando contidas nas regiões de influência de Centros Metropolitanos com maior alcance, optamos por considerá-las compatíveis com a categoria 4, Capital Regional A. Isto se justifica, já que o texto da edição coletada em 1966, publicado em 1972, é consistente com a descrição desse nível atualmente, que corresponde às cidades de elevada centralidade, mas que estão abaixo do nível metropolitano e fazem parte de suas ligações sem ser cabeças de redes, isto é, o ponto máximo de uma sub-rede dentro do País, para as quais fluem todas as ligações de suas respectivas regiões de influência.

Nesse sentido, discordamos parcialmente de Moura, Nagamine e Ferreira (2021) quando esses autores mantêm o nível metropolitano macrorregional como subdivisão do nível Metrópole, o que, a nosso ver, cria uma excepcionalidade, uma categoria que se torna incomparável no tempo, pois inexistente nas edições posteriores. Em termos de trajetória dos centros urbanos que estavam nessa categoria na edição coletada em 1966 (Curitiba, Fortaleza, Belém e Goiânia), que seria um nível metropolitano 4, não teriam outra hipótese que subir para o nível metropolitano 3 nos anos seguintes, já que não há níveis semelhantes a um Centro Macrorregional. Também as cidades em hierarquias inferiores não teriam como subir a Centro Macrorregional por não haver esse nível nas classificações posteriores. Assim, pela descrição fornecida na própria publicação original da edição coletada em 1966 (IBGE, 1972), conforme argumentado, cremos ser mais compatível essa classificação como uma Capital Regional A do que no nível metropolitano, o que implica que essas cidades mencionadas, apesar de serem grandes centros urbanos que envolviam mais de um Município, não constituírem Metrópoles plenas nos anos 1960. Vemos os resultados publicados em 1972 como consistentes com esse fato, já que eram cidades com considerável influência de Metrópoles maiores segundo as matrizes obtidas pelo levantamento primário, características condizentes com Capitais Regionais de tipo A. Foram centros urbanos que emergiram para a categoria de Metrópole apenas nos anos 1970.

Para as demais categorias hierárquicas da edição coletada em 1966 basta seguir a concatenação dos níveis, conforme descrito na Etapa 1, sendo o nível Centro Regional A correspondente à Capital Regional B (nível 5); o Centro Regional B correspondente à Capital Regional C (nível 6); os Centros Sub-Regionais são iguais (níveis 7 e 8); os

¹⁰ Cabe menção ao desafio de recuperação dos trabalhos mais antigos do IBGE, quando não havia uma política de preservação ou mesmo divulgação dos microdados (ou eram apenas parcialmente preservados e de maneira pouco sistemática), tampouco havia registros dos processos decisórios da pesquisa. Dispõe-se, apenas, dos resultados finais publicados, da rede final e das hierarquias urbanas, porém não há a “metodologia fina”, nem o registro das ligações de menor importância, e, portanto, não se tem como saber, exatamente, quais dados levaram a quais decisões. Somente na REGIC 2007 é que foi publicada a base de dados junto com a divulgação final, e, apenas na REGIC 2018, há um documento com notas metodológicas para detalhar toda a operacionalização do trabalho (IBGE, 2020b). Dessa maneira, é necessário tentar fazer uma espécie de “arqueologia”, buscando deduzir, a partir dos resultados publicados, as decisões metodológicas das diferentes edições; no entanto, mesmo quando existem aqueles registros e microdados, as três primeiras edições precedem a digitalização do IBGE. Todos os documentos foram elaborados em papel, e o trabalho, por ter sido realizado com métodos analógicos e manuais, torna um tanto inviável a tarefa de analisá-los sem uma equipe numerosa e com prazos dilatados.

que eram denominados Centros Locais A e B correspondem, respectivamente, aos Centros de Zona A e B (níveis 9 e 10); e, por fim, os Municípios não Listados¹¹ correspondem ao nível Centro Local (nível 11). Essa correspondência pode ser vista no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3 - Correspondência de hierarquias entre as edições de 1966 e 2018 da pesquisa

Nível	Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas 1966	REGIC 2018
1	Grande Metrópole Nacional	Grande Metrópole Nacional
2	Metrópole Nacional	Metrópole Nacional
3	Centro Metropolitano Regional	Metrópole
4	Centro Macrorregional	Capital Regional A
5	Centro Regional A	Capital Regional B
6	Centro Regional B	Capital Regional C
7	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
8	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
9	Centro Local A	Centro de Zona A
10	Centro Local B	Centro de Zona B
11	Municípios não Listados	Centro Local

Fonte: IBGE, Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas 1966 e Regiões de Influência das Cidades 2018.

Regiões de Influência das Cidades - REGIC 1978

A REGIC 1978, lançada apenas em 1987, é talvez a que mais necessite de trabalho de compatibilização por causa da natureza mais genérica das categorias. As hierarquias não apresentam subtipos, renunciando à distinção dos níveis internos a cada instância. Assim, o topo hierárquico é apenas Metrópole, assim como os demais níveis também não são especificados¹². Com exceção do nível Submetropolitano, inexistente nas demais edições, e do nível Município Subordinado, os quais correspondem a níveis precisos de centros urbanos atualmente, as demais hierarquias podem ser compatibilizadas como os tipos A ou B atuais (ou B ou C no caso das Capitais Regionais), a depender de cada caso, conforme descrito na Etapa 2.

Os Municípios Subordinados são aqueles que não possuíam centralidade, formando a base da rede urbana. Sua definição é bastante semelhante à dos atuais Centros Locais: “povoados e vilas, como também cerca de 2 600 sedes municipais que não dispunham de um mínimo de oferta de bens e serviços [...] cidades, atuando como localidades centrais, apenas, nos territórios para os quais são sedes municipais” (IBGE, 1972, p. 20-21). São equivalentes, portanto, aos Centros Locais da REGIC 2018.

¹¹ A edição da Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas, coletada em 1966, realizou a pesquisa aplicando questionários em um universo de 718 Municípios, considerados com hierarquia. Os demais, sem área de influência, não foram levados em conta, aparecendo apenas como Municípios que possuem vínculo com alguma cidade maior. Não há muita clareza sobre o critério de seleção adotado no trabalho publicado.

¹² O texto da publicação (IBGE, 1987), entretanto, faz menção a São Paulo e ao Rio de Janeiro como Metrôpoles Nacionais, enquanto as demais seriam Metrôpoles Regionais. Tal menção, porém, não é utilizada na classificação, nem na construção das árvores hierárquicas.

A outra categoria para a qual é possível precisar a equivalência é a dos Centros Submetropolitanos, que correspondem às Capitais Regionais do tipo A. Esses centros faziam parte de uma categoria *ad hoc*, que foi acrescentada depois dos resultados iniciais obtidos porque incompatíveis com o modelo de hierarquias adotado¹³. Eram cidades que possuíam parcialmente equipamentos de MetrÓpole, mas, ao mesmo tempo, eram subordinadas a elas.

Os centros submetropolitanos se definem por uma situação intermediária entre os níveis de capital regional e metrÓpole, e se caracterizam por uma atuação extremamente importante através de funções definidoras do nível metropolitano em setor de um território onde uma metrÓpole regional atua, subordinando o próprio centro submetropolitano. Em outros termos a atuação desse tipo de centro não se limita às funções de capital regional, mas espacialmente, sua atuação não apresenta a magnitude de uma região de influência de uma metrÓpole regional (IBGE, 1987, p. 22).

Considerando que, atualmente, as Capitais Regionais são definidas como cidades com alta concentração de atividades de gestão, “mas com menor alcance em termos de região de influência em comparação com as MetrÓpoles” (IBGE, 2020a, p. 11), nota-se a compatibilidade entre a categoria Capital Regional A e os Centros Submetropolitanos, especialmente quando levamos em conta o fato de as Capitais Regionais A serem o escalão mais próximo das MetrÓpoles, inclusive com algumas cidades candidatas a se tornarem MetrÓpoles em edições futuras (por exemplo, Cuiabá (MT), que possui um nível de centralidade de gestão do território logo abaixo do ponto de corte a partir do qual se classifica uma cidade como MetrÓpole). É uma definição que também não parece divergir substancialmente dos Centros Macrorregionais da edição coletada em 1966.

Além das considerações conceituais, de como se concebe um nível hierárquico, quando se lê empiricamente quais eram esses centros urbanos classificados como Submetropolitanos, se torna ainda mais clara a compatibilidade entre essas categorias: eram as cidades de São Luís (MA), Teresina (PI), Juiz de Fora (MG), Ribeirão Preto (SP), entre outras, diversas entre elas sendo Capitais Regionais A até o tempo presente.

Para as demais hierarquias da REGIC 1978 foi necessário observar a trajetória de cada centro particular, porque eles devem ser enquadrados nos subtipos A, B ou C para se equivalerem à classificação adotada na REGIC 2018 (Etapa 2 da compatibilização). Isto traz a complicação da comparação com a REGIC 1993, que possui uma nomenclatura *sui generis*, devendo, ela mesma, também ser compatibilizada.

Assim, as cidades que eram Centros de Zona na REGIC 1978 poderiam ser classificadas como Centros de Zona A ou B na equivalência com a REGIC 2018 (níveis 9 e 10). Para tomar uma decisão, seguiu-se a Etapa 2, parametrizada pela regra da estabilidade estrutural: cidades que partiam de Centro Local (11), na edição coletada em 1966, e eram Centros de Zona A (9) na REGIC 1993, conforme compatibilização apresentada mais adiante, foram imputadas como Centros de Zona B (10) na REGIC 1978. Inversamente, cidades que caíam de hierarquia, de Centros de Zona na REGIC 1978 para Centro Local (11) na REGIC 1993, eram imputadas igualmente como Centros de Zona B (10) na REGIC 1978. A mesma lógica se aplica a cidades que subiam de Centro de Zona para Centro Sub-Regional, ou, ao contrário, que desciam em sentido inverso (as que vinham de

¹³ Salienta-se aqui uma importante diferença metodológica entre a REGIC 1978 e as pesquisas coletadas posteriormente, a REGIC 2007 e a REGIC 2018: na REGIC 1978, se partia, de antemão, de um modelo de centralidade no qual se listavam funções centrais pertencentes a níveis considerados prévios de centralidade (se tal cidade possuísse as atividades X e Y, ela já era classificada em uma determinada hierarquia). Na REGIC 2007 e na REGIC 2018, a hierarquia era obtida de maneira relacional e pelas atividades de gestão do território.

Centro Sub-Regional B, nível 8, na edição coletada em 1966, para Centro de Zona na REGIC 1978 e viravam o equivalente a Centro de Zona B, nível 10, na REGIC 1993, eram imputadas como Centro de Zona A, nível 9, na REGIC 1978).

Essas lógicas de concatenação foram aplicadas a partir de operadores de seleção do tipo *if-then* e automatizadas o máximo possível em planilha eletrônica. Assim, de 625 cidades classificadas como Centros de Zona na REGIC 1978 (portanto, Centros de Zona A ou B atualmente), resolveu-se de forma automática 533, ou 85% dos casos. Os Centros Sub-Regionais perfaziam 144, sendo 119, ou 82%, resolvidos de maneira automática. As Capitais Regionais eram 94, com 90 se resolvendo automaticamente. As cidades que não puderam ter sua compatibilização automatizada foram passadas para a Etapa 3.

Um exemplo de cidade com hierarquia tratada na Etapa 3 foi Sousa (PB), classificada como Centro Sub-Regional (portanto podendo estar nos níveis 7 ou 8). Ela possuía uma região de influência com 5 cidades na edição coletada em 1966, passando para 12 na REGIC 1978. Trata-se de um caso de aumento significativo do tamanho da área de influência em relação à edição anterior. Como ela tinha sido classificada como nível 8 (Capital Sub-Regional B) na edição coletada em 1966, optou-se, assim, pela imputação do nível 7 (Capital Sub-Regional A) na REGIC 1978.

As Metrôpoles, dado o seu pequeno número, foram verificadas manualmente, porém seguindo a mesma lógica da trajetória histórica. Apenas São Paulo ficou na categoria 1 (Grande Metrôpole Nacional) e o Rio de Janeiro na categoria 2 (Metrôpole Nacional). As demais ficaram na categoria 3 (Metrôpole) obedecendo à regra da estabilidade estrutural, o que manteve suas classificações da edição coletada em 1966, porém comparadas à REGIC 2007, já que, na REGIC 1993, também possuíam a categoria genérica "máximo". Belém, Fortaleza, Goiânia e Curitiba subiram da categoria 4 (Capital Regional A), na edição coletada em 1966, para a categoria 3 em virtude de estarem classificadas como Metrôpoles nas edições posteriores (nível 3), o mesmo motivo que fez com que Manaus ascendesse dois níveis, de 5 (Capital Regional B, na edição coletada em 1966) para 3 (Metrôpole), de forma a manter a menor classificação possível.

A correspondência entre os níveis da REGIC 1978 e os da REGIC 2018 pode ser vista no Quadro 4, a seguir:

Quadro 4 - Correspondência de hierarquias entre as edições de 1978 e 2018 da pesquisa

Nível	REGIC 1978	REGIC 2018
1	Metrôpole regional	Grande metrôpole nacional
2		Metrôpole nacional
3		Metrôpole
4	Centro macrorregional	Capital regional A
5	Capital regional	Capital regional B
6		Capital regional C
7	Centro sub-regional	Centro sub-regional A
8		Centro sub-regional B
9	Centro de zona	Centro de zona A
10		Centro de zona B
11	Município subordinado	Centro local

Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 1978/2018.

Regiões de Influência das Cidades - REGIC 1993

A REGIC 1993 utiliza categorias que não foram usadas em nenhuma das demais edições, o que pode caracterizá-la como tendo decisões metodológicas um tanto questionáveis por dificultar exatamente a tarefa de acompanhar a evolução da rede urbana na história e quebrar um certo padrão das publicações. Apesar de ter sido utilizada uma nomenclatura que parece tentar explicitar o fato que as categorias hierárquicas não são estanques e possuem uma natureza gradual entre si, como tons de cinza, ao utilizar termos que se misturavam, como “médio” e “médio para fraco”, “forte para médio”, a inteligibilidade dos níveis hierárquicos é diminuída. O que quer dizer afinal que uma cidade possui centralidade intermediária mas nem tanto? Ou que existem as fortes e as muito fortes? Isso parece adicionar uma camada desnecessária de confusão ao estudo da rede urbana. O presente estudo pretende auxiliar, nesse sentido, ao harmonizar esses nomes com as hierarquias atuais.

A REGIC 1993, publicada apenas em 2000, fez uma seleção prévia dos centros que entrariam na pesquisa, com base nos seguintes critérios: população de, no mínimo, 20 mil habitantes, segundo o Censo Demográfico 1991; e existência de agência bancária e de médico residente, entre outros serviços. Com isso, foram excluídos 2 389 Municípios da pesquisa (53% do total dos Municípios no ano da coleta de 1993), considerados de capacidade de atração “muito fraca” por não preencherem os pré-requisitos de centralidade mínima. Além dessa equivalência conceitual, o próprio texto da publicação os considerava análogos aos Municípios Subordinados da REGIC 1978 (IBGE, 2000, p. 25). Logo, esses centros são equivalentes aos Centros Locais da REGIC 2018 (nível 11), tratando-se da primeira categoria a ser resolvida pela Etapa 1.

As demais cidades foram classificadas usando uma combinação da presença de determinados bens e serviços, considerados previamente como de baixa, média e elevada complexidade, com o somatório das relações entre as cidades, obtidas por questionário. Não há muitas explicações do porquê da não utilização das categorias clássicas de hierarquia urbana, apenas menção que, por algum motivo, poderiam “não retratar a diversidade dos centros da rede urbana brasileira, englobando a heterogeneidade em cada um daqueles cinco níveis” (IBGE, 2000, p. 25), o que não parece fazer muito sentido, exceto por criar um número maior de hierarquias do que as categorias genéricas da REGIC 1978. Também não existe a preocupação entre explicitar teoricamente o que significam os diferentes níveis hierárquicos, deixando a entender que se tratava apenas de uma classificação dos resultados: cidades com *scores* mais altos ganham nível máximo, com valores um pouco menores, nível muito forte e assim sucessivamente¹⁴.

Com base na publicação da REGIC 1993, lançada em 2000, é possível desenhar a equivalência apresentada no Quadro 5, a seguir:

¹⁴ Curiosamente, o único tipo de cidade que possui uma explicação teórica de qual seria sua natureza são os Centros Locais, ou centralidade muito fraca, que são, justamente, as cidades que não foram pesquisadas por não possuírem centralidade mínima.

Quadro 5 - Correspondência de hierarquias entre as edições de 1993 e 2018 da pesquisa

Nível	REGIC 1993	REGIC 2018
1	Máximo	Grande metrópole nacional
2		Metrópole nacional
3		Metrópole
4	Muito forte	Capital regional A
5	Forte	Capital regional B
6		Capital regional C
7	Forte para médio	Centro sub-regional A
8	Médio	Centro sub-regional B
9	Médio para fraco	Centro de zona A
10	Fraco	Centro de zona B
11	Muito fraco	Centro local

Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 1993/2018.

O próprio quadro apresentado na REGIC 1993, que é a fonte desta correspondência, tenta explicar os níveis com base na nomenclatura anterior, porém de forma muito imprecisa. O nível “fraco” está explicado como “tendendo a Centro de Zona (ou Centro Local)”; o nível “médio para fraco” corresponde a “predominantemente Centro de Zona (ou Centro Local)”¹⁵; o nível “médio” é “tendendo a Centro Sub-Regional”; e assim, sucessivamente, até o nível máximo, que está, inequivocamente, como “metropolitano”, mas sem subdividir.

Então a justaposição desses níveis com os atuais deixa a entender que os que são “tendendo” a algo estão nos tipos B e o que são “predominantemente” um nível estão no A. Há apenas a lacuna do nível “forte”, que pode se encaixar como Capital Regional B ou C. Como o nível “muito forte” corresponde ao “predominantemente submetropolitano”, já equiparado às Capitais Regionais A, apenas os níveis 1, 2, 3, 5 e 6 ficam para a Etapa 2, com a maioria das cidades já finalizando na própria Etapa 1 do trabalho (os níveis 4, 7, 8, 9, 10 e 11).

Prosseguindo na Etapa 2, as Capitais Regionais da REGIC 1993, que correspondem à categoria “forte” seguiram a mesma lógica de acompanhamento da trajetória hierárquica para a imputação do nível (B ou C), considerando suas posições na REGIC 1978 (caso possível) e na REGIC 2007, sempre levando em consideração a regra da estabilidade estrutural, o que evita que as cidades subam ou desçam mais de uma posição hierárquica e busca mantê-las as mais invariáveis possíveis ao longo do tempo. O exemplo da Cidade de Imperatriz (MA) é demonstrativo do método: na edição coletada em 1966, era classificada como Centro Sub-Regional A (nível 7) e, na REGIC 1978, era Capital Regional (6 ou 5). Foi imputada como 6 na REGIC 1978 (Capital Regional C) porque na REGIC 1993 era também uma Capital Regional (nível “forte”, 6 ou 5), e na REGIC 2007 continuava como Capital Regional C (6). Pela regra da estabilidade, o mais provável é que este centro urbano continuasse como nível 6, tanto em 1978 como em 1993, como foi, de fato, compatibilizada.

¹⁵ Recordando que na Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas, de 1966, o nível Centro Local corresponde ao Centro de Zona atual, por isso essa menção na REGIC 1993.

Das 57 cidades de nível “forte” na REGIC 1993, 49 foram classificadas pela observação das trajetórias individuais nas diferentes edições da pesquisa. As demais passaram para a Etapa 3, como por exemplo Vitória da Conquista (BA), uma Capital Regional C (nível 6) na edição coletada em 1966; Capital Regional na REGIC 1978 (6 ou 5); “forte” na REGIC 1993 (6 ou 5 novamente); e Capital Regional B na REGIC 2007 (nível 5). Logo ela poderia ter subido para 5, tanto em 1978 quanto em 1993, o que foi resolvido pela comparação do tamanho das áreas de influência.

Vitória da Conquista possuía 54 cidades sob sua influência na edição coletada em 1966, subindo para 75 na REGIC 1978; 92 na REGIC 1993; 95 na REGIC 2007; e 92 na REGIC 2018. Trata-se de um caso limítrofe, pois o crescimento da área de influência em 1978 é mais ou menos equidistante entre 1966 e 1993. Porém, como há uma inequívoca estabilização de seu tamanho a partir de 1993, sendo o número de subordinados muito semelhante àqueles de 2007 e 2018, optou-se pela imputação do nível 6 na REGIC 1978 e do nível 5 na REGIC 1993, encerrando sua compatibilização na Etapa 3.

A única cidade que foi imputada na Etapa 4 para a REGIC 1993 foi Chapecó (SC), que não só poderia estar em quaisquer categorias de Capital Regional, como também apresentou um crescimento constante de sua região de influência ao longo das décadas, sendo impossível discernir um momento de corte. Tanto na REGIC 1978 quanto na REGIC 1993, apresentou crescimento demográfico acima da média nacional, sendo assim classificada no extrato superior de Capital Regional B (nível 5).

No nível metropolitano, seguiu-se a classificação da REGIC 1978 e da REGIC 2007, mantendo a regra da estabilidade estrutural. Eram 9 Metrôpoles, com São Paulo no nível 1; Rio de Janeiro no nível 2; e as demais no nível 3¹⁶.

¹⁶ As Metrôpoles eram Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia. Brasília ainda não estava incluída, sendo equivalente a uma Capital Regional A. Belém e Manaus caíram para essa mesma hierarquia na REGIC 1978 tendo subido todas elas para Metrôpole na edição seguinte, a REGIC 2007.

Análise dos resultados

Para uma verificação da consistência interna dos resultados das hierarquias compatibilizadas com a nomenclatura da última edição da pesquisa, a REGIC 2018 (IBGE, 2020a), apresenta-se a Tabela 1, a seguir, que registra a quantidade de cidades em cada classe ao longo do tempo:

Tabela 1 - Número de cidades nas hierarquias urbanas, por ano de coleta da pesquisa

Níveis hierárquicos	Número de cidades				
	1966	1978	1993	2007	2018
Total	3 461	3 501	4 301	4 854	4 899
1 Grande Metrópole Nacional	1	1	1	1	1
2 Metrópole Nacional	1	1	1	2	2
3 Metrópole	4	9	7	9	12
4 Capital Regional A	4	13	24	11	9
5 Capital Regional B	29	19	14	20	24
6 Capital Regional C	38	64	20	38	64
7 Centro Sub-regional A	71	45	96	85	96
8 Centro Sub-regional B	94	104	123	78	256
9 Centro de Zona A	134	135	172	188	147
10 Centro de Zona B	368	495	216	349	251
11 Centro Local	2 717	2 615	3 627	4 073	4 037

Fonte: IBGE, Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas 1966 e Regiões de Influência das Cidades 1978/2018.

Nota: O total de cidades é menor do que o total de Municípios em cada período porque há entidades agregadas, como Arranjos Populacionais, Áreas de Concentração da População e Municípios conjugados formando unidades.

O panorama segue o que se espera de uma rede urbana nacional: a regra de ordem-tamanho se mantém, isto é, quanto maior a hierarquia de uma cidade menor o número de sua ocorrência. A grande maioria dos centros urbanos são, portanto, as cidades de centralidade elementar, cuja influência não ultrapassa os próprios limites municipais, isso em todos os anos pesquisados. Passaram de 78,5% e 74,7% dos totais nas edições coletadas em 1966 e 1978, respectivamente, para 83%, 83,9% e 82,4% nos anos seguintes, números consistentes com o período de maiores emancipações municipais a partir dos anos 1990, o que fez aumentar a proporção dos Centros Locais¹⁷. Como, mais recentemente, o número de Municípios novos reduziu seu crescimento, essa proporção também tendeu à diminuição.

A segunda categoria com maior ocorrência é a dos Centros de Zona, porém com valores bem inferiores, na casa das centenas. Isto também é esperado teoricamente, já que o número de centros que possuem um estoque de bens e serviços disponíveis e geram área de influência é bem mais limitado.

Há, entretanto, alguns números destoantes que poderiam indicar imprecisão na classificação. As Capitais Regionais C, na REGIC 1978, se apresentam em maior quantidade do que os Centros Sub-Regionais A. São 64 na primeira categoria e 45 na segunda, o que foge do padrão. Porém, como essa discrepância ocorre entre grandes classes diferentes e não entre suas subdivisões, é impossível ela ter sido causada pela compatibilização de hierarquias, já que uma cidade no nível Capital Regional C jamais poderia ter sido reclassificada para um grande nível abaixo. Recorde-se que, na REGIC 1978, as categorias eram mais genéricas, sem subtipos; logo, uma Capital Regional poderia ser, no máximo, reclassificada como B ou C, mas nunca como Centro Sub-Regional. O oposto também é verdadeiro, uma cidade não poderia subir de Centro Sub-Regional para uma grande classe acima. Portanto, essa maior quantidade de Capitais Regionais C quando comparada aos Centros Sub-Regionais A se deve aos próprios resultados do levantamento, à realidade em si.

De qualquer forma, quando se agregam os grandes grupos, o número de Centros Sub-Regionais é, para além de qualquer dúvida, bem acima do número de Capitais Regionais (149 contra 96), mesmo agregando as Capitais Regionais A que, na REGIC 1978, eram consideradas Cidades Submetropolitanas (Tabela 2).

Tabela 2 - Número de cidades, por ano de coleta da pesquisa, segundo os grandes grupos hierárquicos

Grandes grupos hierárquicos	Número de cidades									
	1966		1978		1993		2007		2018	
	Absoluto	Percentual (%)	Absoluto	Percentual (%)	Absoluto	Percentual (%)	Absoluto	Percentual (%)	Absoluto	Percentual (%)
Total	3 461	100,0	3 501	100,0	4 301	100,0	4 854	100,0	4 899	100,0
Metrópoles	6	0,2	11	0,3	9	0,2	12	0,2	15	0,3
Capitais Regionais	71	2,1	96	2,7	58	1,3	69	1,4	97	2,0
Centros Sub-regionais	165	4,8	149	4,3	219	5,1	163	3,4	352	7,2
Centros de Zona	502	14,5	630	18,0	388	9,0	537	11,1	398	8,1
Centros Locais	2 717	78,5	2 615	74,7	3 627	84,3	4 073	83,9	4 037	82,4

Fonte: IBGE, Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas 1966 e Regiões de Influência das Cidades 1978/2018.

¹⁷ Municípios que se emancipam, ou seja, que eram distritos de um Município maior, dificilmente terão um estoque inicial de bens e serviços que os façam ter uma hierarquia maior do que Centro Local, daí a tendência às novas cidades estarem nessa categoria.

Na REGIC 1993, o número de Capitais Regionais B se apresenta inferior ao de cidades classificadas como Capitais Regionais A, porém esse fato se deve aos próprios resultados daquele trabalho. As 24 Capitais Regionais A vêm da classificação “muito forte” de maneira direta, sem deixar dúvidas. São cidades que, de forma alguma poderiam ser Capitais Regionais B, como Vitória (ES), Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP), entre outras que incluem capitais, como Florianópolis (SC) e mesmo Brasília (DF).

As Capitais Regionais B, por sua vez, são cidades classificadas originalmente como de centralidade “forte”, cuja reclassificação, no máximo as tornariam Capitais Regionais C, diminuindo ainda mais seus números. São centros que vieram de hierarquias inferiores e ascenderam, como Cascavel (PR) – saltando de Centro Sub-Regional A, na edição coletada em 1966, para Capital Regional C na REGIC 1978, e se tornando Capital Regional B a partir da REGIC 1993 –, ou são capitais que decaíram nesse ano para Capital Regional B, como Natal (RN), Maceió (AL) e Aracaju (RN), anteriormente Capitais Regionais A e mantiveram essa hierarquia nas edições posteriores. Na REGIC 1993, não foi incomum que capitais caíssem na hierarquia, como esses casos e os de Manaus e Belém demonstram.

O fenômeno de categorias hierarquicamente superiores apresentando quantidades menores de cidades também se repete na REGIC 2007, que possui 85 Centros Sub-Regionais A contra 78 Centros Sub-Regionais B, e na REGIC 2018, com 256 Centros Sub-Regionais B *versus* 147 Centros de Zona A. Elas não foram objeto de compatibilização de hierarquias.

Esses valores um pouco fora do previsto, isto é, que as categorias inferiores tenham números necessariamente maiores que as superiores, novamente, são resultados obtidos a partir da própria realidade pesquisada, que se mostra mais complexa do que o esperado, com múltiplas determinações e interações, e não devido ao tratamento metodológico ou manipulação dos dados.

Mais uma evidência a favor da tendência à estabilidade estrutural da rede urbana, é verificar a mudança hierárquica das cidades ao longo das edições da REGIC. Dos centros urbanos que existiam desde a edição coletada em 1966, a vasta maioria permanecia na REGIC 2018 com a mesma hierarquia que possuía inicialmente, podendo ter havido alguma mudança nas edições intermediárias. Perfazem 2 675 cidades, o que equivale a 77,3% do total. As unidades urbanas que mais mudaram de hierarquia subiram quatro níveis desde a pesquisa inicial, coletada em 1966, sendo 16 centros urbanos.

Dentre estes, se destaca Brasília (DF), que começa a série histórica como Capital Regional C e termina como Metrópole Nacional. É inegável a ascendência hierárquica dessa cidade, fundada seis anos antes do levantamento da Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas, realizado em 1966, quando quase se limitava a um centro administrativo, mas que progressivamente se tornou cada vez mais complexa internamente, diversificando sua oferta de bens e serviços, aumentando significativamente sua população e área construída. Além deste fato se refletir no seu aumento de centralidade e hierarquia ao longo do tempo, o uso da gestão do território como ferramenta metodológica para aferir centralidade reforçou o seu papel do polo que conecta o território a longa distância, que é realmente o que se espera de uma capital nacional de um País de dimensões continentais. Dessa forma, esse resultado é consistente com o fato de que, na publicação específica do IBGE sobre o tema, Brasília (DF)

dividiu com São Paulo (SP) a primeira posição, uma em termos de gestão pública e a outra em gestão empresarial (Gestão..., 2014).

Outros centros que também chamam a atenção, nesse sentido, são os Arranjos Populacionais de Americana - Santa Bárbara d'Oeste/SP, Petrópolis/RJ, Macaé - Rio das Ostras/RJ, Cabo Frio/RJ e Ipatinga/MG, que saíram de Centros de Zona B para Capitais Regionais C. Além de terem, por si só, crescido e aumentado sua presença econômica, o fato de a edição mais recente da pesquisa, a REGIC 2018, ter usado os Arranjos Populacionais como unidade espacial fez com que os dados de Municípios do entorno dessas cidades, antes considerados isolados, fossem agregados, aumentando mais ainda sua importância¹⁸.

Também são significativas nessa lista a presença de Porto Seguro (BA), que começa como Centro Local e chega a Centro Sub-Regional A, refletindo o fato de se tornar um dos polos do turismo no País; e de Boa Vista (RR), inicialmente um pequeno núcleo do então Território Federal de Roraima (Centro de Zona B) para se tornar capital estadual, na hierarquia de Capital Regional C.

No sentido oposto, os centros urbanos que, desde a edição coletada em 1966, mais caíram na hierarquia são Nova Cruz (RN), Monte Aprazível (SP) e Pirajuí (SP), iniciando como Centros Sub-Regionais B e se tornando apenas Centros Locais na REGIC 2018.

As cidades que passaram a existir apenas na REGIC 1978 e que cresceram muito na hierarquia são Cacoal (RO), Ji-Paraná (RO) e Sinop (MT), com a ascensão meteórica de Centros Locais para Capitais Regionais C (5 níveis). Os centros que cresceram quatro níveis são Ariquemes (RO), Vilhena (RO) e Tangará da Serra (MT), também na mesma região que os anteriores – fatos significativos, consistentes com a emergência da economia do agronegócio, expansão da infraestrutura e crescimento demográfico acelerado. Essa trajetória de rápida evolução das cidades médias de Rondônia é muito relacionada com implementação do meio técnico naquele estado a partir dos anos 1970, que buscou colonizar a região substituindo o meio natural anterior baseado em extrativismo e transporte ferroviário pela mineração, implantação de assentamentos agrários e modal rodoviário. Esse processo fez surgir e emancipar dezenas de novos Municípios, culminando na emergência do meio técnico-científico-informacional a partir dos anos 1990, vinculados ao agronegócio da soja, milho, arroz e da pecuária e à fluidez da multimodalidade dos transportes, unindo rodovias e hidrovias (Silva, 2014). Como resultado, Rondônia possui uma estrutura de rede urbana mais descentralizada que a média do País, especialmente da Amazônia, com diversos bens, serviços e empresas se instalando não só na capital estadual, mas significativamente nas cidades de hierarquia intermediária, como Capitais Regionais e Centros Sub-Regionais.

Por fim, entre as cidades que emergiram apenas a partir da REGIC 1993, há apenas o caso de Palmas (TO) que, a exemplo de Brasília, trata-se de um centro construído do zero que evoluiu rapidamente para uma cidade complexa, o que a fez subir quatro níveis na hierarquia, de Centro de Zona A para Capital Regional B.

¹⁸ As cidades de Americana - Santa Bárbara d'Oeste/SP e Petrópolis/RJ não foram consideradas na REGIC 2007 porque a unidade espacial da pesquisa eram as Áreas de Concentração de População, e elas eram consideradas parte das aglomerações de Campinas (SP) e Rio de Janeiro (RJ), respectivamente.

Em termos de ligações de rede, a configuração espacial da edição coletada em 1966 traz uma excepcionalidade em relação aos demais anos: os antigos Centros Macrorregionais, reclassificados como Capitais Regionais A, encabeçando redes regionais, conforme se vê no Mapa 1. Doravante, os mapas apresentados compartilham da mesma legenda, exibidas nas Figuras 1 e 2, de forma a serem comparáveis.

Um dos pressupostos da REGIC em geral é o princípio de que uma cidade só pode ser subordinada a outra de maior hierarquia. O corolário disso é que as cabeças de rede, isto é, o topo hierárquico das redes urbanas para o qual fluem todas as conexões diretas ou indiretas é o nível metropolitano. Isto implicaria Curitiba e Goiânia a estarem diretamente subordinadas à Metrópole de São Paulo, assim como Fortaleza a Recife, o que não acontece em virtude de o trabalho original considerá-los como pertencentes também ao nível metropolitano.

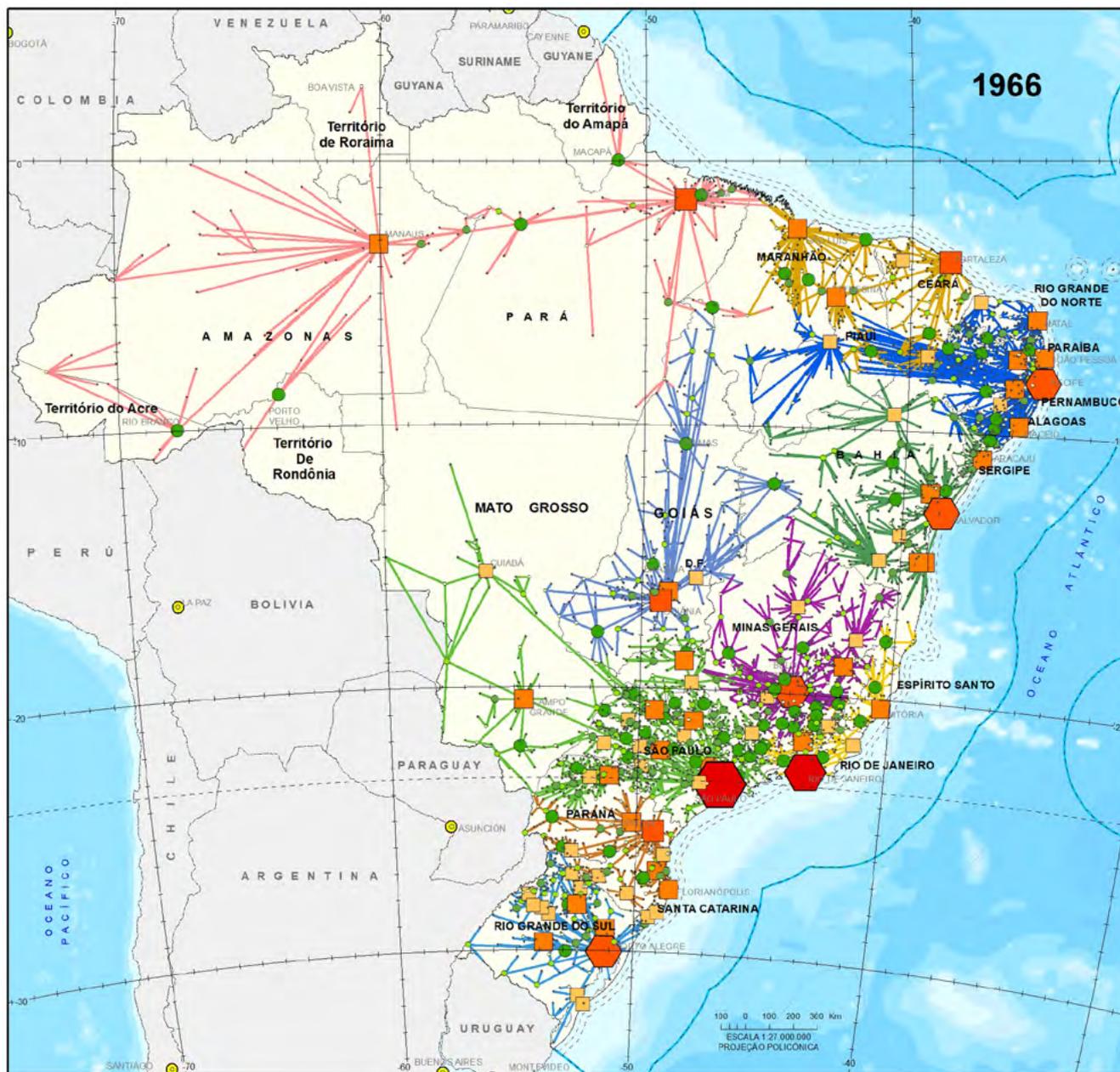
Figura 1 - Legenda dos Mapas 1 a 5, indicando a rede de cada Metrópole



Figura 2 - Legenda dos Mapas 1 a 5, indicando a hierarquia urbana das cidades



Mapa 1 - Rede urbana - 1966



Fonte: IBGE, Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas 1966.

Como a Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas partiu, de antemão, com uma lista das Metrôpoles "já definidas em trabalho anterior do IBGE" (IBGE, 1972, p. 13), sem nem ao menos citá-lo, é razoável conceber essas cidades como estando em uma categoria inferior por possuírem apenas "algumas funções de caráter metropolitano" (IBGE, 1972, p. 15). Essa interpretação também é reforçada pelo fato de Goiânia ter sido assim classificada apenas *a posteriori* pelo seu grande número de relacionamentos, tamanho da área de influência e por subordinar a capital federal, indicando uma quebra do próprio critério e deixando a perceber que a capital de Goiás foi incluída como Metrôpole em caráter idiossincrático. Nesse sentido, é sintomático

que o texto da publicação se preocupe em fornecer diversas explicações sobre as características especiais de Goiânia, recurso que não é dispendido às demais cidades.

Além disso, aquelas ligações entre os antigos Centros Macrorregionais e as Metrôpoles são mencionadas no texto, com exceção de Belém (PA) que, dada a distância às demais Metrôpoles é tida como cidade “independente”. Por esses motivos, na rede urbana da edição coletada em 1966 aparece a situação única de Capitais Regionais A como cabeças de rede.

Tendo dito isso, percebe-se que a rede urbana na década de 1960 possuía características não tão dessemelhantes com o período atual, chamando a atenção a atuação direta de São Paulo no norte paraense, a forte presença de Recife no interior do Nordeste, subordinando diretamente boa parte do Piauí, bem como a rede de toda a Região Norte, inteiramente voltada para Belém (PA), onde o papel da rede fluvial era essencial como meio de transporte. Também salta aos olhos o grande “vazio” no Mato Grosso, Rondônia e Pará, áreas que sofreriam nas décadas seguintes processos pesados de ocupação e surgimento de novas cidades.

Por sua vez, a rede da REGIC 1978 (Mapa 2) mostra a evolução daqueles centros antes “macrorregionais” para o nível metropolitano propriamente dito, que trouxe uma maior presença de Curitiba na rede paraense, fato semelhante a Fortaleza, que ganha mais influência em direção ao Piauí. No geral, a forma da rede se mantém.

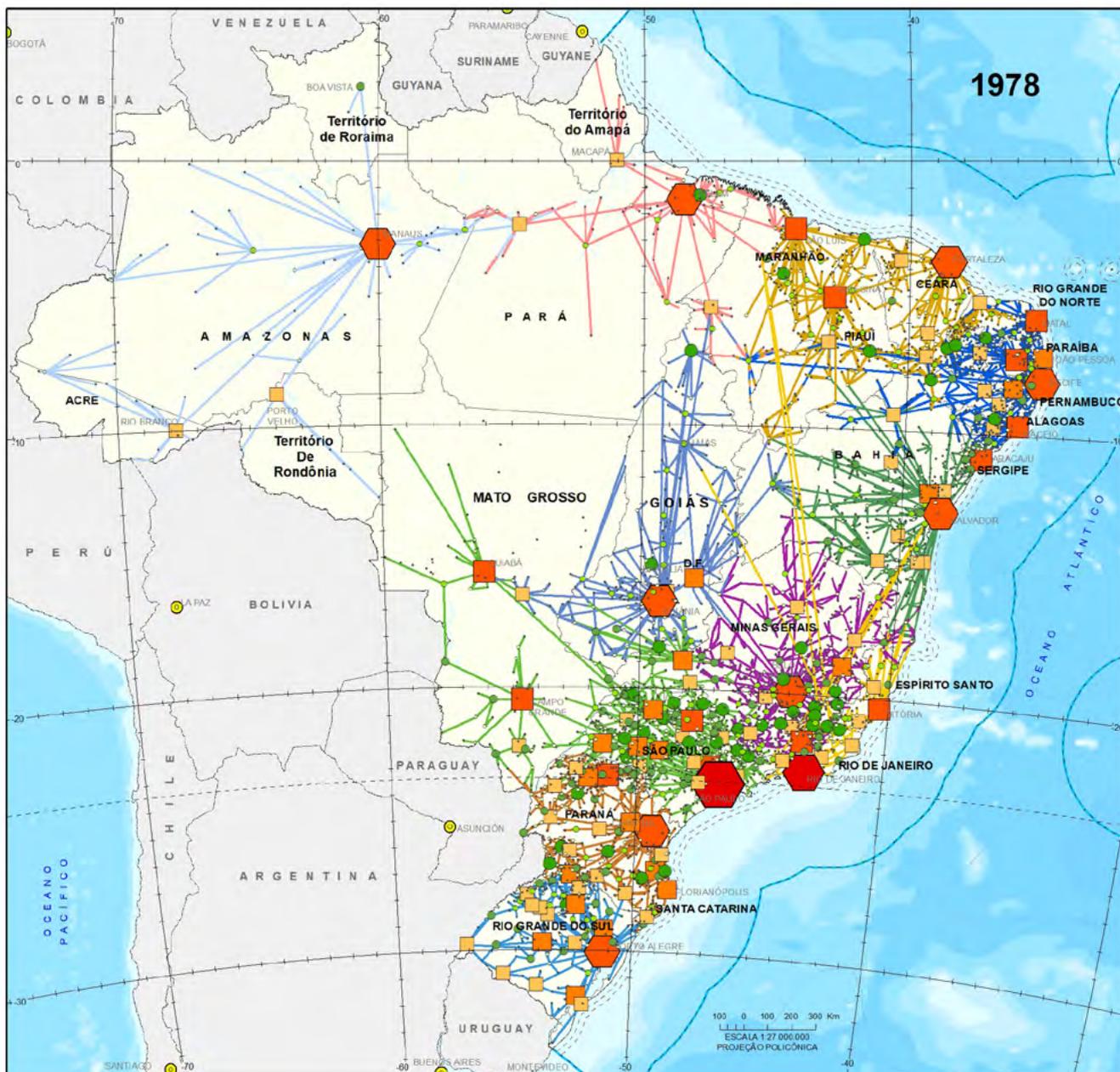
Nos anos 1990 (Mapa 3), ocorre a grande alteração estrutural da rede urbana brasileira, que é o direcionamento das sub-redes das capitais da Região Norte para São Paulo e Rio de Janeiro, quebrando o padrão exclusivamente baseado no transporte fluvial. Conforme já mencionado, o asfaltamento da BR-364 e todo o processo de colonização de Rondônia fez com que as redes de Porto Velho e Rio Branco tivessem mais conexões com o Centro-Sul do que com a dupla Manaus-Belém – que, contudo, ainda estavam presentes.

Além disso, nota-se o rebaixamento das capitais dos Estados do Amazonas e Pará para Capitais Regionais A, o que as fez deixar de serem cabeças de rede e ligarem-se, elas mesmas, também a São Paulo. Isto é indicativo que o processo de mudança estrutural da rede urbana estava já regionalmente avançado nos anos 1990, produzindo uma fragmentação de uma sub-rede, a da Região Norte, que antes era inteiramente subordinada a Belém de maneira unificada, mas que naquele momento passa a ter algumas capitais possuindo conexões diretas a São Paulo e ao Rio de Janeiro e simultaneamente outras com o padrão mais antigo, de estilo fluvial. Forma-se, assim, um complexo de redes: os estados de Rondônia e Acre se separam, os centros urbanos do sul de Rondônia se conectam com o Mato Grosso, enquanto Porto Velho ainda têm ligações com Manaus; Roraima apresenta dupla subordinação com Manaus e Rio de Janeiro; Manaus e Belém se ligam apenas indiretamente a partir de Santarém (PA).

Essa mistura de novas tendências com antigos padrões espaciais, contudo, são evidências de que o processo de alteração estrutural da rede urbana, apesar de ocorrer a passos largos, ainda estava em andamento naquela primeira metade dos anos 1990.

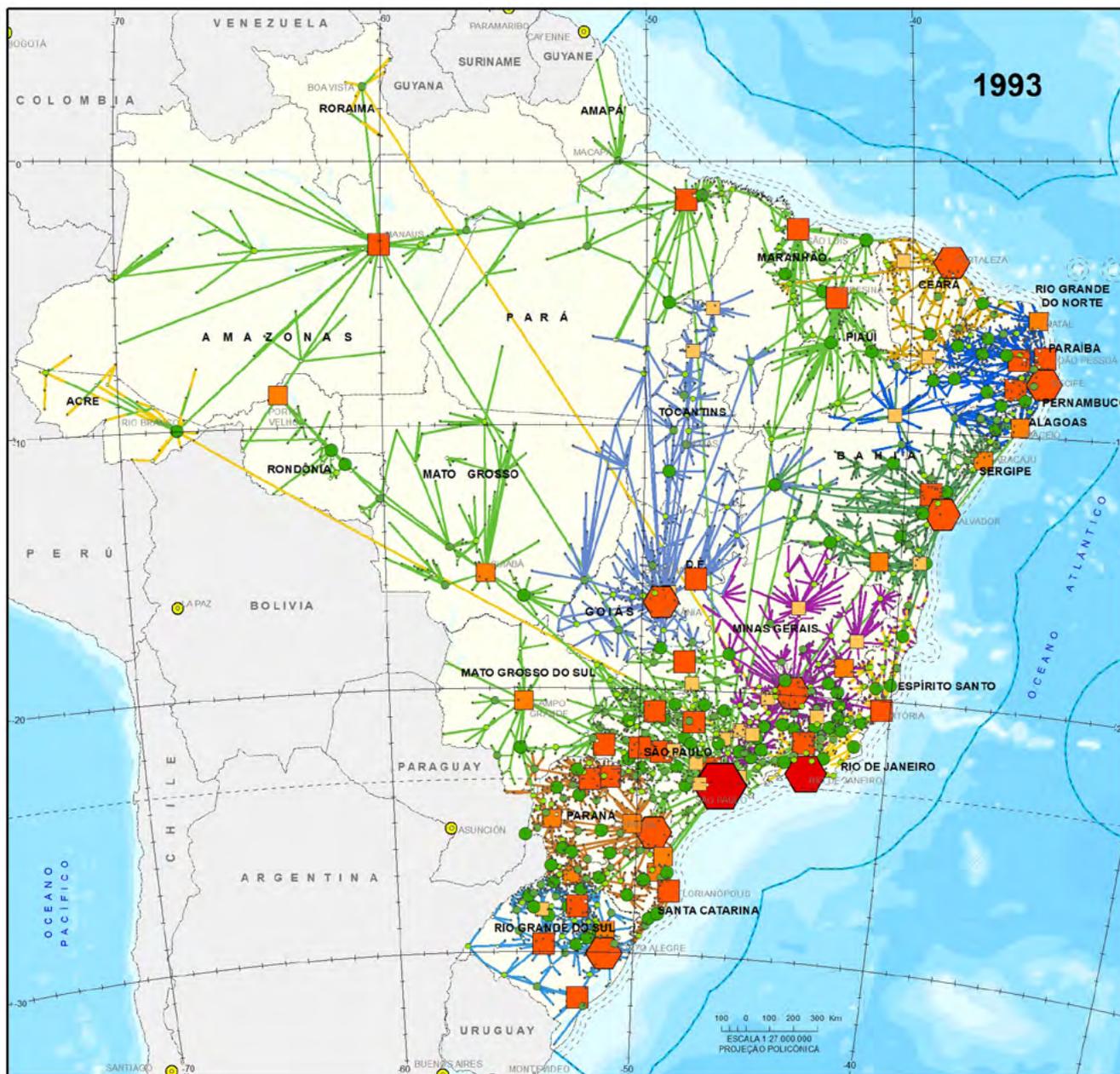
Uma outra característica notável é que o interior dos Estados de Mato Grosso e Rondônia e o leste paraense passam a ser pesadamente povoados, no que surgem diversas cidades e a rede como um todo ganha maior densidade de ligações quando comparadas às edições anteriores.

Mapa 2 - Rede urbana - 1978



Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 1978.

Mapa 3 - Rede urbana - 1993



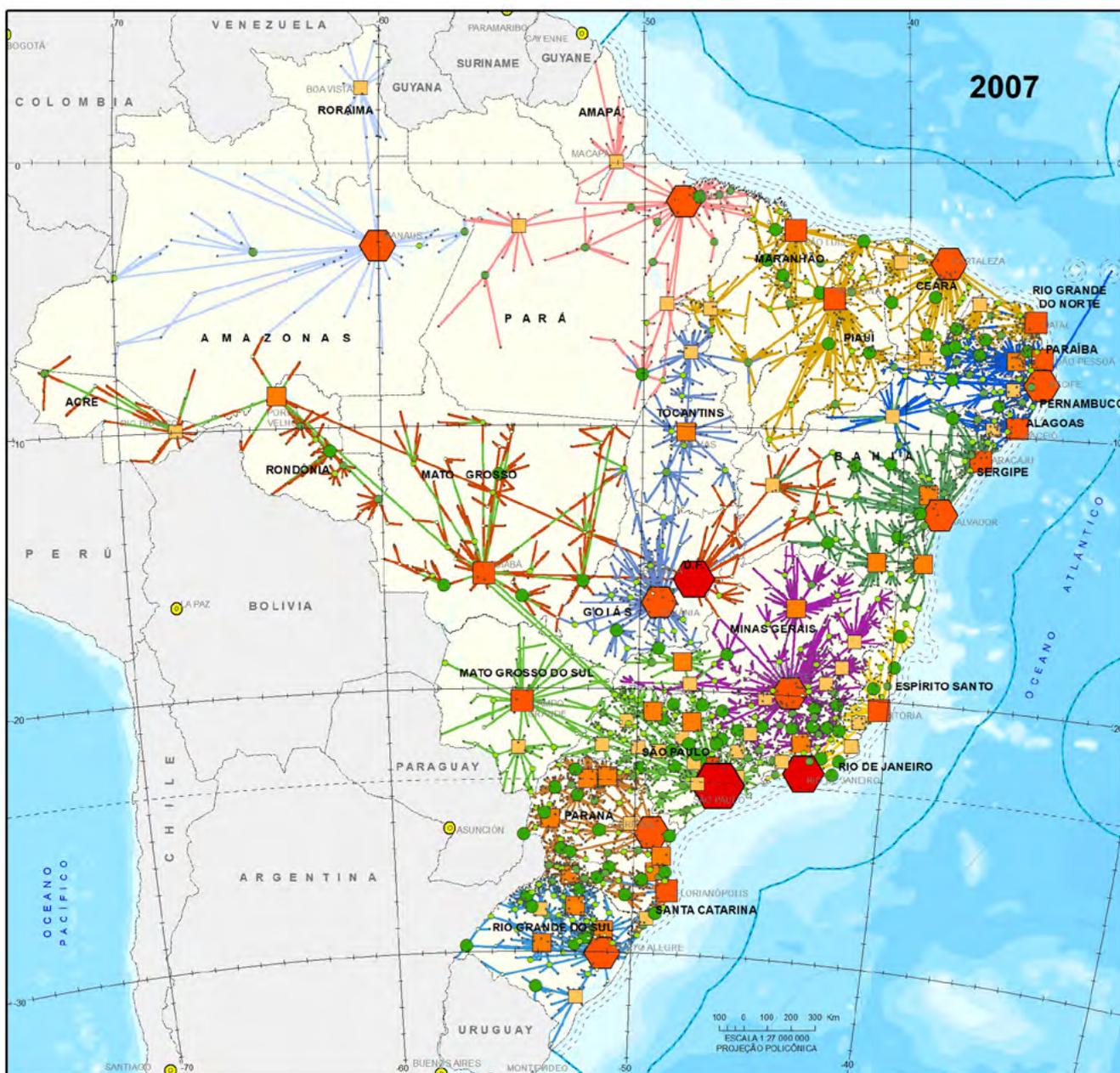
Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 1993.

A REGIC 2007 (Mapa 4) mostra a consolidação da rede urbana a que chegamos atualmente. Se completa a total separação das redes de Rondônia e Acre do restante da Região Norte, bem como a de Manaus em relação a de Belém (ambos os centros tornam a ser classificados como Metrôpole). Brasília ganha preeminência, dividindo a subordinação do Centro-Oeste com São Paulo e avançando sobre o oeste baiano. Fortaleza, em termos de tamanho da área de influência, passa a rivalizar com Recife, anteriormente o principal centro do Nordeste oriental.

Por fim, na rede da REGIC 2018 (Mapa 5), percebe-se o encolhimento da rede do Rio de Janeiro por “perder” Vitória (ES), que se torna ela mesma uma Metrôpole, além de vários centros da Zona da Mata de Minas Gerais que passam a se direcionar exclusivamente

para Belo Horizonte. Salvador também apresenta alguma diminuição de área, especialmente porque Aracaju passa a fazer parte da rede de Recife. Brasília também aumenta sua influência sobre o Centro-Oeste, o que reflete, simultaneamente, o fato de a gestão do território, em especial sua faceta pública, ser um dos fatores essenciais de classificação hierárquica, mas também o enorme crescimento e consolidação deste centro urbano.

Mapa 4 - Rede urbana - 2007



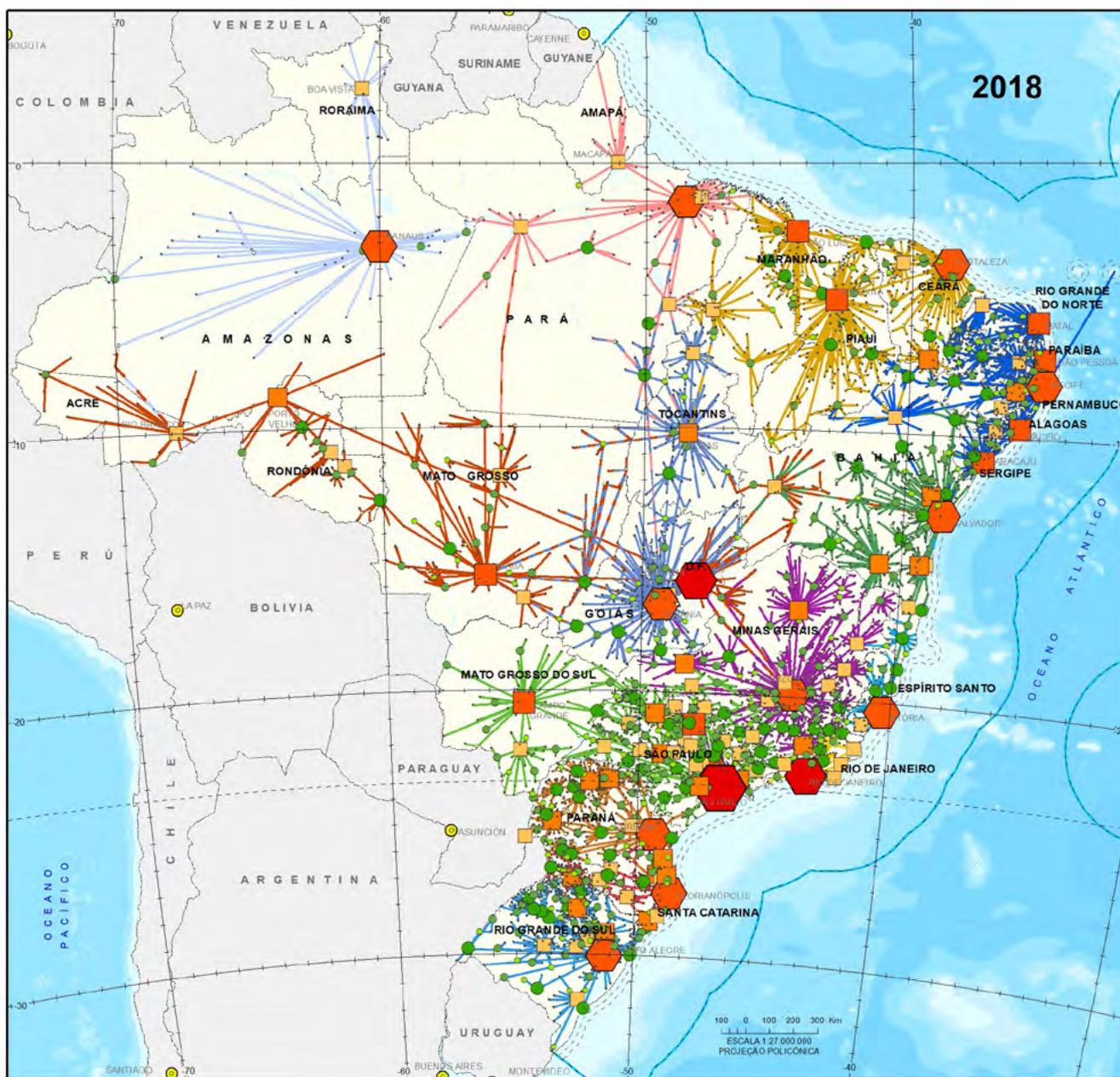
Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2007.

Em que pesem as alterações, que são costumeiramente ressaltadas nos estudos evolutivos, as permanências também são extremamente significativas, conforme previsto teoricamente. Dessa forma, pode-se afirmar de maneira conclusiva que a estrutura geral da rede se mantém ao longo das décadas.

Para concluir, gostaríamos de indicar algumas sugestões de investigação que podem fazer uso das duas bases de dados presentemente disponibilizadas, a saber: as hierarquias urbanas harmonizadas e os vínculos hierárquicos entre as cidades do conjunto de edições da REGIC. Os possíveis campos de pesquisa são:

- O acompanhamento de cidades que oscilaram na hierarquia ao longo do tempo, caindo e depois subindo, associando possivelmente a eventos que se correlacionam ou explicam as variações de centralidade.

Mapa 5 - Rede urbana - 2018



Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2018.

- Cidades que ascenderam abruptamente na hierarquia, buscando explicar o que em seus contextos causaria esse crescimento na oferta de bens e serviços e grande capacidade de articulação territorial.
- Variações regionais no tamanho das áreas de influência de cidades, buscando explicar como centros vizinhos capturaram Municípios que antes não lhes eram subordinados.
- Correlações entre crescimento populacional e variações hierárquica. Normalmente, a população é considerada uma *proxy* de centralidade, mas é possível tentar verificar onde há desvios em relação à norma de maior população-maior hierarquia. Que cidades cresceram demograficamente acima da média, mas mantiveram sua hierarquia? Quais os contextos que isso ocorreu?
- Explicar centros urbanos que possuam uma centralidade significativa, mas seu tamanho demográfico e presença de equipamentos urbanos seriam aparentemente incompatíveis com sua hierarquia.

Obviamente, estes tópicos estão longe de esgotar a temática. Esperamos que futuros pesquisadores façam uso das bases e informações históricas da rede urbana brasileira de maneira a tornar inteligível aspectos importantes da realidade espacial do País.

Referências

ABREU, M. de A. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação: contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 56, n. 1-4, p. 21-122, jan./dez. 1994. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1994_v56_n1_n4.pdf. Acesso em: ago. 2024.

ARTHUR, W. B. *Increasing returns and path dependence in the economy*. Prefácio de Kenneth J. Arrow. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994. 201 p. (Economics, cognition, and society).

COMENTÁRIOS sobre os resultados do Regic 2007. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Ipardes, 2009. 34 p. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/RP_regic_2007_2009.pdf. Acesso em: ago. 2024.

CORRÊA, R. L. Repensando a teoria das localidades centrais. In: SANTOS, M. (org.). *Novos rumos da Geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 50-65. (Geografia: teoria e realidade, 9).

CHRISTALLER, W. *Central places in southern Germany*. Translated by Carlisle W. Baskin. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966. 230 p. Título original: Die zentralen Orte in Süddeutschland.

FABIANE, D. As regionalizações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a hierarquia das cidades da Região Sul do Brasil. *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, n. 40, p. 46-65, 2022. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/view/4497>. Acesso em: ago. 2024.

FACCIN, C. R.; DETONI, L. P.; SILVEIRA, R. L. L. da. As mudanças na rede urbana e as cidades pequenas da Região dos Vales-RS. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 20., 2023, Belém. *Anais [...]* Belo Horizonte: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - Anpur, 2023. [22] p. Sessão Temática 3. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st03-05.pdf>. Acesso em: ago. 2024.

FERREIRA, L. R. *Novas centralidades no noroeste do Rio Grande do Sul: eixo Ijuí-Santo Ângelo-Santa Rosa: redes urbanas, policentrismo e urbanização policêntrica*. Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares. 2022. 208 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRS, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/249777/001150733.pdf>. Acesso em: ago. 2024.

GALINDO, E. P. *Os dois circuitos da economia urbana: uma aplicação à interpretação da rede urbana da Bahia*. Orientador: Claudio Antonio Goncalves Egler. 2023. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2023.

GEIGER, P. P. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - CBPE, 1963. 462 p. (Sociedade e educação).

GESTÃO do território 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 118 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Redes e fluxos do território. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv86286.pdf>. Acesso em: ago. 2024.

IBGE. *Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro, 2016. 167 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15782-arranjos-populacionais-e-concentracoes-urbanas-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: ago. 2024.

IBGE. *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas*. Rio de Janeiro, 1972. 112 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13622.pdf>. Acesso em: ago. 2024.

IBGE. *Regiões de influência das Cidades*. Rio de Janeiro, 1987. 183 p. Revisão atualizada do estudo Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas, publicado em 1972. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv19139.pdf>. Acesso em: ago. 2024.

IBGE. *Regiões de influência das Cidades 1993*. Rio de Janeiro, 2000. 230 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv7199.pdf>. Acesso em: ago. 2024.

IBGE. *Regiões de influência das Cidades 2007*. Rio de Janeiro, 2008. 201 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>. Acesso em: ago. 2024.

- IBGE. *Regiões de influência das Cidades 2018*. Rio de Janeiro, 2020a. 187 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>. Acesso em: ago. 2024.
- IBGE. *Regiões de influência das Cidades 2018*. Rio de Janeiro, 2020b. 55 p. Nota metodológica. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101729.pdf>. Acesso em: ago. 2024.
- JACOBS, J. *The economy of cities*. New York: Random House, 1969. 268 p.
- MESQUITA, L. P.; GODOY, J. de. Redes, renda e metrópole: análise de distribuição do capital médio em Curitiba/PR e Florianópolis/SC. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 20., 2023, Belém. Anais [...]* Belo Horizonte: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - Anpur, 2023. [22] p. Sessão Temática 3. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st03-20.pdf>. Acesso em: ago.2024.
- MORAIS, M. das C. S. de; NUNES, E. M.; REGO, S. M. de O. O Rio Grande do Norte (RN) dividido: um estudo da polarização na Região Nordeste. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, [S.l.]*, v. 16, n. 7, p. 5542-5558, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.7-076>. Acesso em: ago. 2024.
- MOURA, R.; NAGAMINE, L.; FERREIRA, G. *Regic: trajetória, variações e hierarquia urbana em 2018*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2021. 70 p. (Texto para discussão, 2666). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10652>. Acesso em: ago. 2024.
- PRED, A. *Urban growth and the circulation of information: the United States system of cities, 1790-1840*. Cambridge, Estados Unidos: Harvard University Press, 1973. 348 p.
- PUMAIN, D. Pour une théorie évolutive des villes. *L'Espace Géographique*, Paris: Doin, v. 26, n. 2, p. 119-134, 1997. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1997_num_26_2_1063. Acesso em: ago. 2024.
- PUMAIN, D. Les systèmes de villes. *In: BAILLY, A.; FERRAS, R.; PUMAIN, D. (org.) Encyclopédie de Géographie*, Paris: Économica, p. 645-664, 1992. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-01625440>. Acesso em: ago. 2024.
- SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. Tradução de Myrna Therezinha Rego Viana. São Paulo: Edusp, 2004. 431 p. Título original: *L'espace partage: les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-developpés*.
- SILVA, R. G. da C. Espaço, sociedade e natureza em Rondônia. *Revista GeoAmazônia*, Belém: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará - UFPA, v. 1, n. 2, p. 144-165, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/geo.v2i03.12405>. Acesso em: ago. 2024.

Sobre o autor

Marcelo Paiva da Motta

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (1998), bem como mestrado (2001) e doutorado (2011) pela Universidade. Atualmente, é geógrafo do IBGE, tendo experiência na área de Geografia Humana e Geoprocessamento, com ênfase em Análise Espacial, Geografia Quantitativa, Urbana e Histórica.

Equipe técnica

Diretoria de Geociências

Coordenação de Geografia

Cayo de Oliveira Franco

Gerência de Redes e Fluxos Geográficos

Evelyn Andrea Arruda Pereira

Revisão dos textos

Adma Hamam de Figueiredo

Cayo de Oliveira Franco

Daiane de Paula Ciriáco

Maria Lúcia Ribeiro Vilarinhos

Maria Monica Vieira Caetano O'Neill

Elaboração dos mapas

Gustavo Medeiros de Pinho

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção Editorial e Gráfica

Ednalva Maia do Monte

Gerência de Editoração

Estruturação textual

Leonardo Martins

Diagramação tabular e de gráficos

Leonardo Martins

Diagramação textual

Leonardo Martins

Gerência de Sistematização de Conteúdos Informacionais**Pesquisa e normalização documental**

Ana Raquel Gomes da Silva

Daniela Rangel Granja

Lioara Mandoju

Marcos Paulo Braz Cruz (estagiário)

Solange de Oliveira Santos

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Newton Malta de Souza Marques

Gerência de Impressão, Acabamento e Logística

Edmilson Ramos Raya

Série Estudos e Análises

Números divulgados

Informação demográfica e socioeconômica - ISSN 2236-5265

- Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil, n. 1, 2011.
- Características étnico-raciais da população: classificação e identidades, n. 2, 2013.
- Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções da população, n. 3, 2015.
- Relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica brasileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população, n. 4, 2016.
- Panorama Nacional e Internacional da Produção de Indicadores Sociais, n. 5, 2016.
- Panorama Nacional e Internacional da Produção de Indicadores Sociais: Grupos populacionais específicos e uso do tempo, n. 6, 2018.
- Sistemas de Estatísticas Vitais no Brasil: avanços, perspectivas e desafios, n. 7, 2018.
- Panorama Nacional e Internacional da Produção de Indicadores Sociais: Estatísticas de governança, n. 8, 2019.

Informação Geográfica

- Regiões de Influência das Cidades: Metodologia de compatibilização hierárquica entre as edições da pesquisa no período de 1966 a 2018, n.1, 2024.

Documentação e disseminação de informações - ISSN 1807-5355

- O Saber e o poder das estatísticas: uma história das relações dos estatísticos com os estados nacionais e com as ciências, n.1, 2004.
- Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados, n. 2, 2010.
- Organizando a coordenação nacional: estatística, educação e ação pública na Era Vargas, n. 3, 2014.

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



www.ibge.gov.br 0800 721 8181

REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES

METODOLOGIA DE COMPATIBILIZAÇÃO HIERÁRQUICA ENTRE AS
EDIÇÕES DA PESQUISA NO PERÍODO DE 1966 A 2018

A pesquisa Regiões de Influência das Cidades - REGIC define a hierarquia dos centros urbanos brasileiros e delimita as regiões de influência a eles associadas, a partir da identificação da existência, nesses centros, de determinados equipamentos e serviços atrativos de populações de outras localidades. Seus resultados, portanto, permitem conhecer os relacionamentos entre as cidades com base na análise dos fluxos de bens, serviços e gestão, constituindo, assim, um importante instrumento de referência – tanto para o planejamento da localização de investimentos e da implantação de serviços que levem em consideração as relações espaciais que afetam o seu funcionamento quanto para a avaliação das condições de acesso da população aos bens e serviços disponibilizados.

Esta publicação detalha o estudo empreendido para harmonizar as edições históricas da REGIC produzidas pelo IBGE desde os anos 1960, com vistas a tornar as suas categorias hierárquicas compatíveis com as adotadas no levantamento mais recente, realizado em 2018. Para tal, apresenta exemplos de estudos diacrônicos que poderiam se beneficiar da metodologia ora proposta; discorre sobre os fundamentos teóricos que a nortearam; descreve a operacionalização prática dos conceitos adotados e as particularidades de cada edição da pesquisa; e analisa os resultados obtidos quanto à consistência interna das hierarquias compatibilizadas com as nomenclaturas da REGIC 2018, encerrando com considerações sobre a evolução e a mudança das sub-redes que compõem o quadro urbano nacional.

O volume está acessível também no portal do IBGE na Internet, que disponibiliza, complementarmente, duas bases de dados associadas ao estudo: uma que apresenta as hierarquias harmonizadas, de acordo com a metodologia proposta, entre todas as cidades envolvidas nas diversas edições da pesquisa; outra que congrega as ligações entre as cidades que compõem cada rede urbana. Dessa forma, traz-se para o presente um legado de 60 anos de pesquisas em redes urbanas, o que maximiza os resultados institucionais já publicados.

